

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JULIANA RECKZIEGEL

**RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA: DA ESTAGNAÇÃO NO PÓS-GUERRA À
CONSOLIDAÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA**

Porto Alegre

2011

JULIANA RECKZIEGEL

**RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA: DA ESTAGNAÇÃO NO PÓS-GUERRA À
CONSOLIDAÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2011

JULIANA RECKZIEGEL

**RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA: DA ESTAGNAÇÃO NO PÓS-GUERRA À
CONSOLIDAÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Aprovado em: Porto Alegre, 02 de dezembro de 2011.

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – orientador
UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, que sempre me apoiaram na faculdade e nunca deixaram faltar nada à realização de meus estudos.

Agradeço à Universidade, que me deu a oportunidade de ter um ensino público de qualidade.

Ao Professor André Luiz Reis da Silva, pelas ideias, orientação e disponibilidade.

Ao Professor Luiz Augusto Estrella Faria, pela oportunidade e ensinamentos em iniciação científica.

Ao Laerte, pela compreensão da necessidade de horas despendidas nos estudos.

Aos grandes amigos que conquistei durante a faculdade, especialmente aos que estiveram presentes nos últimos meses, me auxiliando e apoiando sempre que precisei.

RESUMO

O presente trabalho analisa a evolução dos contatos políticos entre Brasil e França no período que se estende do final da Segunda Guerra Mundial até a atualidade. O objetivo principal é demonstrar que os dois países foram se aproximando de tal forma, a partir de meados dos anos 1990, que passaram a partilhar visões comuns acerca do sistema internacional, dando origem a uma parceria estratégica, oficializada em 2008 com a adoção de um Plano de Ação. Nesse sentido, o Brasil angariou o apoio francês em sua ambição de tornar-se membro permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado. O trabalho observa, deste modo, a consolidação desta parceria a nível global, bem como a repercussão dos grandes contratos na área de defesa firmados na mesma oportunidade. Ademais, procura-se identificar as razões que levam Brasil e França a discordarem a respeito de determinadas questões, como a liberalização agrícola mundial, negociada no âmbito da OMC.

Palavras-chave: Brasil. França. Parceria Estratégica. Cooperação bilateral.

ABSTRACT

This paper analyzes the evolution of the political contacts between Brazil and France during the period that starts with the end of the Second World War and comes to these days. The main purpose is to demonstrate that both countries started approaching from the middle of the 1990's in a way that made them share common views about the international system, resulting in a strategic partnership, which was officialized in 2008 with the adoption of the Plan of Action. In this sense, Brazil has profited the French support in its ambition of becoming a permanent member in a reformed United Nations Security Council. The paper observes, thus, the consolidation of this partnership at the global level, as well as the repercussion of the great contracts on the defense area established during the same opportunity. Besides, it also tries to identify the reasons why Brazil and France diverge regarding some points, such as the world agricultural liberalization, negotiated in the scope of WTO.

Keywords: Brazil. France. Strategic Partnership. Bilateral cooperation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O RELACIONAMENTO FRANCO-BRASILEIRO DO PÓS-GUERRA AOS ANOS 1990	14
2.1 A retomada das relações bilaterais no pós-guerra e a resolução dos entraves diplomáticos	15
2.2 As relações amistosas e o não aproveitamento das oportunidades	22
2.3 A aproximação efetiva na década de 1990	28
3 O FORTALECIMENTO DA AGENDA FRANCO-BRASILEIRA NO ANOS 2000: A CONSTRUÇÃO DA PARCERIA	34
3.1 Os anos 2000: a evolução dos contatos	34
3.2 A consolidação da Parceria Estratégica	46
3.3 Convergências e divergências no cenário internacional	55
3.3.1 A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas	55
3.3.2 Divergências na esfera comercial	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

As relações diplomáticas franco-brasileiras, atualmente, têm se desenvolvido muito bem, passando por um momento de estabilidade e compreensão, mas esta mudança qualitativa se deu apenas em anos recentes. Entre o pós-Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1990, Brasil e França passaram por diversas fases em seu relacionamento. Inicialmente, houve um período de estagnação, devido a motivos como choques de interesse, ausência de compreensão recíproca e de aproveitamento de oportunidades. Este período foi denominado por Antônio Carlos Lessa (2000a) como uma fase de “parceria bloqueada”, passando, já na década de 1960, ao estágio chamado de “negligência cordial”. Na década de 1970, o Brasil procurou buscar uma aproximação com os franceses, devido à reorientação da política externa preconizada por Geisel, mas foi somente nos anos 1990 que os dois países se moveram em direção à constituição de uma parceria de fato. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a mostrar como se deu a evolução dos contatos franco-brasileiros durante todo este período, que acabou os levando a consolidar uma parceria estratégica nos anos 2000.

Ocorre que, no pós-Guerra Fria, Brasil e França passaram a conceber de forma mais positiva os vínculos externos e, dessa forma, após este longo período de relativo afastamento, buscaram efetivar uma parceria, com o intuito de estabelecer laços concretos. Esta mudança comportamental por parte da França se deu pela constatação de que o Brasil, após iniciar um processo de integração sólido com o Mercosul, poderia se tornar um grande parceiro, sobretudo comercial, num momento em que os europeus buscavam novos ares aos seus investimentos e também haviam evoluído bastante no processo de integração europeia (LESSA, 2000b, p. 49). Anteriormente, por motivos diversos, a França desconfiava da instabilidade do Brasil, o que acabou se alterando quando o país alcançou a estabilidade econômica e política, devido à redemocratização.

Desta forma, em dezembro de 2008, com Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República Federativa Brasileira e Nicolas Sarkozy na da República Francesa, foi oficializado o Plano de Ação da Parceria Estratégica. A iniciativa reflete o salto qualitativo nas relações franco-brasileiras e consiste em aumentar o diálogo e a ação daqueles países nas mais diversas questões internacionais de interesse comum, como reforma da governança global, cooperação econômica, comercial, nas áreas de defesa, energia nuclear, mudanças climáticas, etc. Neste sentido, o lançamento da parceria estratégica é considerado o ponto máximo das relações franco-brasileiras, pois, com ela, Brasil e França consolidaram um grande momento, provando que dividem opiniões acerca dos mais variados temas internacionais.

Cabe lembrar que, por outro lado, existem questões de difícil resolução nessa relação, devido ao fato de ambos os países pertencerem a blocos de integração distintos (Mercosul e União Europeia) e, dessa forma, é natural que suas opiniões, por vezes, gerem divergências. Há impasses, também, nas negociações que envolvem França e Brasil nos fóruns multilaterais em que há a divisão entre países desenvolvidos, de um lado, e países em desenvolvimento, de outro, como é o caso das Rodadas da Organização Mundial do Comércio (OMC), que, como se verá, estão estagnadas devido às resistências de liberalização agrícola por parte da própria França.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo mostrar como se deu a transformação do tratamento dispensado por ambos os países, desde os motivos que levaram à referida estagnação até os que ajudaram na construção de uma agenda franco-brasileira positiva. Propõe-se analisar a evolução do relacionamento entre Brasil e França a partir do fim da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais, observando os fatores que levaram ao afastamento diplomático no referido período e as posições assumidas por ambos os países, que influenciavam seus caminhos em direções opostas. Ademais, busca-se demonstrar por que Brasil e França mostraram-se favoráveis ao fortalecimento da relação bilateral a partir da década de 1990, ou seja, busca-se definir quais foram os motivos que levaram ambos os países a estreitarem o vínculo diplomático após o extenso período em que este esteve praticamente estagnado.

O principal foco da pesquisa, entretanto, é voltar as atenções para a constituição da parceria estratégica e ampliar o debate para as relações franco-brasileiras contemporâneas, de modo a identificar quais são, dentre os temas internacionais relevantes, aqueles em que França e Brasil compartilham opiniões e também aqueles em que eles divergem. Dessa forma, estar-se-á contribuindo para identificar quais são os ganhos estratégicos do Brasil, sobretudo, com a aproximação com a França.

Justifica-se a escolha do tema pois percebe-se, hoje em dia, o robustecimento das relações diplomáticas franco-brasileiras. A melhoria no relacionamento é compreendida através do forte comprometimento de seus Presidentes em assuntos de grande importância para ambos os países, sendo o caso mais notável o da democratização das relações internacionais, no qual se insere, principalmente, o debate acerca da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse sentido, o presente tema é relevante para fins de estudo por demonstrar que o estreitamento de vínculos diplomáticos entre Brasil e França a partir da década de 1990 – e que persiste até hoje – se dá pelo fato de que, mesmo sendo países

econômica e geograficamente distintos, dividem visões e objetivos comuns que fortalecem sua amizade e cooperação.

A particularidade da escolha da França como objeto de análise da agenda diplomática brasileira se sobressai justamente pela evidente mudança comportamental do país para com o Brasil nos últimos vinte anos. Mesmo que não sejamos o principal parceiro econômico-estratégico dos franceses, tem se percebido um grande progresso nessa relação e o Brasil tem se tornado um país cada vez mais relevante para a diplomacia francesa. Além disso, nota-se uma vontade esclarecida dos dois lados de fazer com que a parceria se estreite ainda mais. Dessa forma, questões-chave para a política externa brasileira, como a intenção de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, são defendidas pela França. Para o Brasil, que está em pleno desenvolvimento, obter uma relação fortalecida com um país desenvolvido do nível da França deve trazer inúmeros benefícios no futuro, como já tem ajudado no objetivo de projeção internacional da diplomacia brasileira.

Trabalha-se, nesta pesquisa, com pressupostos teóricos estabelecidos pela revisão bibliográfica acerca da temática, fazendo-se uso de livros e artigos científicos que ajudam a comprovar a veracidade da hipótese central da pesquisa, qual seja, de que houve uma grande transformação positiva nas relações franco-brasileiras a partir de meados dos anos 1990, com os Presidentes Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso, mas, principalmente, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva. Para a parte histórica do trabalho, além de outros autores, utiliza-se de modo extenso o trabalho desenvolvido por Antônio Carlos Lessa (2000a) sobre as relações Brasil-França, no qual o autor enfoca justamente o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial até os anos 1990.

No segundo momento da pesquisa, quando é analisada a consolidação da parceria estratégica franco-brasileira, são utilizados como fontes principais tanto documentos primários, como declarações dos Presidentes, quanto notícias divulgadas acerca dos encontros entre os chefes de Estado brasileiro e francês. Ademais, as Resenhas de Política Exterior divulgadas pelo Itamaraty são de grande valia no decorrer do trabalho, por abarcarem o conteúdo completo das reuniões de alto nível entre os representantes brasileiros e franceses, facilitando muito mais a compreensão. Este material, além disso, proporciona o entendimento dos pontos em que Brasil e França concordam e discordam no que tange aos temas internacionais.

Finalmente, em referência ao conceito de *parceria estratégica* utilizado no trabalho e sua importância para a política externa brasileira, utiliza-se a conceituação de Antônio Carlos Lessa (1998), o qual aponta que a atuação internacional do Brasil tem se pautado, desde o fim

da Segunda Guerra Mundial, pela construção paulatina do universalismo, com o que o país busca acumular capital de prestígio e constituir uma margem mínima extra de liberdade de manobra, a ser usada em momentos críticos. Assim, a instrumentalização do universalismo age para reforçar os ganhos internacionais. Da mesma forma, a construção do universalismo foi associada ao pragmatismo, permitindo que fossem compatíveis a universalidade em construção e a capacidade de articulação concreta, tornando operacional o acervo de relações bilaterais que estava se constituindo (LESSA, 1998, p. 30-31). Deste modo, Lessa afirma que, desde cedo,

[...] agrega-se ao universalismo uma variável de seletividade que se concretiza na definição de relações prioritárias com determinados países e regiões, através da barganha em diversos movimentos: por vezes, oferece-se como trunfos a renovação do diálogo e a aproximação de posições políticas, em outras, oportunidades de grandes projetos conjuntos e a penetração comercial recíproca; espera-se, sempre em troca, insumos para o projeto de desenvolvimento em implementação, seja qual for a leitura que lhe dê o governo de plantão (LESSA, 1998, p. 31).

Este universalismo seletivo que surge na política externa brasileira, então, faz com que o país determine alguns parceiros preferenciais, aos quais atribui atenção diplomática privilegiada, com o objetivo de lhes conferir densidade política e econômica, o que permite auferir ganhos concretos de lado a lado. Nesse sentido, este movimento, que, de acordo com Lessa (1998), é recorrente na história da política exterior do Brasil, pode ser conceituado como construção de parcerias estratégicas, as quais nada mais são que

[...] relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado. A construção de parcerias estratégicas é fruto da compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos estrangulamentos internacionais que se apresentam conjuntamente (LESSA, 1998, p. 31).

Desta forma, observa-se que este não é um conceito novo para a diplomacia brasileira, que, segundo Lessa, já faz uso deste sistema desde o final da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil constatou a dependência excessiva com relação aos Estados Unidos e, a partir de determinado momento, percebeu o surgimento de atores que poderiam oferecer alternativas a este relacionamento (LESSA, 1998, p. 32). No entanto, a partir da década de 1990, os novos desafios e temas internacionais, como direitos humanos, meio ambiente, segurança e não proliferação, forçaram o Brasil a alterar a maneira de se relacionar com o mundo, de modo que as parcerias estratégicas mudaram sua razão de ser – não mais têm serventia apenas para a obtenção de recursos do meio internacional, mas tornam-se a qualificação principal do modo de inserção internacional do país. Dessa forma, “a ideia de *parceria estratégica* passa a ser

explorada para precisar as interações que permitem ganhos substantivos numa cena internacional caracterizada pelos crescentes apertos das margens de decisão” (LESSA, 1998, p. 37).

Em trabalho mais recente, Lessa (2009) admite que o conceito *estratégico*, sinônimo de especial, importante e necessário, tem sido utilizado em diversas ocasiões, servindo à expansão dos projetos de uma diplomacia espetacularizada, que, buscando objetivos complexos e de resultados bastante incertos, como o assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), acaba por vulgarizar tal expressão. Isto é, o autor acredita que, na busca por protagonismo internacional, o uso recorrente da expressão pelo Brasil acabou a vulgarizando, mas concorda que tal fato pode ter sido útil ao objetivo brasileiro (LESSA, 2009, p. 99-100). Desta forma, para Lessa,

O problema epistemológico apresentado por essa “nova geração” de parcerias estratégicas é justamente a perda do significado e da transcendência do conceito como firmado na experiência internacional do Brasil. Assim, uma parceria estratégica deixa de ser a expressão de uma agenda bilateralmente construída em torno de convergências políticas e de projetos econômicos e passa a ser também um rótulo, com que se brinda nas visitas de Estado e sob o qual se firmam convenções internacionais. Isso não significa, evidentemente, que sob tal rótulo não se escondam realidades complexas e agendas bilaterais com largo potencial (LESSA, 2009, p. 100).

Contudo, assume-se neste trabalho que, mesmo que a parceria estratégica com a França tenha sido firmada neste contexto de vulgarização do termo, o fato de ambos os países terem lançado um Plano de Ação, calcado no diálogo político e na conjugação de esforços em assuntos nos quais partilham visões, aproveitando-se de um bom momento em suas relações, é fato que merece destaque e reconhecimento. Portanto, a discussão de vulgarização terminológica não influencia o andamento da pesquisa, voltada a traçar as linhas gerais de comportamento entre os dois países nos últimos anos. Deste modo, não se entra no mérito de discutir a questão do conceito desenvolvido por Lessa, apenas assume-se que formalizar uma parceria estratégica, no contexto das relações pouco amistosas há alguns anos atrás, para Brasil e França, é um grande avanço.

No primeiro capítulo da monografia, faz-se uma rápida retomada da evolução do relacionamento franco-brasileiro a partir da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1990, quando, com Fernando Henrique Cardoso no comando brasileiro e Jacques Chirac na direção francesa, os contatos passaram a ser mais frequentes e pode ser iniciado um diálogo que aproximou as duas nações. No segundo capítulo, é analisado o fortalecimento da agenda franco-brasileira nos anos 2000, que culminou na consolidação da parceria estratégica e no reconhecimento de diversas visões partilhadas sobre o sistema internacional, capaz de

fortalecer ainda mais a relação existente entre Brasil e França. Por fim, passa-se às considerações finais, nas quais é retomada e elucidada a hipótese central da pesquisa, no sentido de confirmar que houve uma grande melhoria no relacionamento diplomático franco-brasileiro no decorrer das duas últimas décadas, após um longo período de estagnação e não reconhecimento de um grande potencial de cooperação.

2 O RELACIONAMENTO FRANCO-BRASILEIRO DO PÓS-GUERRA AOS ANOS 1990

O advento da Segunda Guerra Mundial foi bastante prejudicial para as relações franco-brasileiras nas mais diversas áreas. O pouco contato durante o conflito esfriou, em parte, a amizade constituída nos anos anteriores, de modo que se desenvolvesse, nas duas décadas posteriores ao fim da guerra, um período chamado por Antônio Carlos Lessa (2000a) de *parceria bloqueada*. Conforme Tavares, o que se viu no imediato pós-guerra foi um longo hiato no relacionamento franco-brasileiro, por questões de ordem circunstancial. O vazio daria lugar à preponderância adquirida pela influência norte-americana, devido ao crescente envolvimento dos fatores econômicos no relacionamento entre as nações (TAVARES, 1979, p. 306).

Brasil e França, a partir da Segunda Guerra Mundial até os anos 1990, não se enxergaram como verdadeiros parceiros. Isto porque tinham contextos internos e objetivos político-econômicos muito distintos, ou seja, encontraram-se em grande parte do período em permanente estado de choque de interesses. De acordo com Lessa, os brasileiros queriam investimentos neste período e, além de buscarem consolidar os mercados de seus produtos tradicionais, desejavam a abertura de novos mercados para sua emergente indústria de bens de consumo. Igualmente, o Brasil queria ter acesso às tecnologias que lhe propiciassem autonomia e consolidassem o projeto de desenvolvimento econômico, bem como queriam o apoio político nas eventuais divergências no seu relacionamento com os Estados Unidos, além de alternativas a este relacionamento (LESSA, 2002, p. 9). Os franceses, por seu turno,

[...] queriam criar e consolidar o espaço econômico europeu integrado (sob sua liderança), garantir mercados (pelo menos o seu próprio mercado interno e o de seus parceiros europeus) para a produção tropical de suas próprias colônias, conceber um lugar (ainda que partilhado forçosamente com os seus parceiros europeus) em sua política para o antigo império colonial (de modo a garantir também o escoamento de sua própria produção industrial) e, enfim, lidar com a inédita realidade de potência média, sem grandes responsabilidades na gerência da ordem internacional rigidamente controlada pelos desígnios da bipolaridade (LESSA, 2002, p. 9).

Foram nessas condições que se desenvolveram as relações franco-brasileiras no decorrer dos anos seguintes à guerra. Entretanto, os contatos foram, após um período conflituoso nos anos 1960, se intensificando de tal modo que, a partir dos anos 1990, iniciou-se um período de transição nas relações entre os dois países. Por este motivo, é feita uma divisão em três partes no trabalho, procurando tornar mais clara a leitura e compreensão dos fatos.

2.1 A retomada das relações bilaterais no pós-guerra e a resolução dos entraves diplomáticos

A França sempre foi um grande modelo em termos de progresso para o Brasil, de modo que a influência cultural sempre esteve muito presente neste país. Assim, poderia se esperar que o relacionamento franco-brasileiro não tardaria a retornar aos bons níveis logo após o conflito mundial. Entretanto, a retomada das relações bilaterais, em 1945, se deu no momento em que ambos os países buscavam se inserir na nova ordem internacional do pós-guerra, fazendo com que cada um tivesse objetivos diferentes em suas relações internacionais. Deste modo,

Mal concluída a conflagração mundial, as nações cuidaram de estabelecer novas prioridades. O Brasil acabara de fazer as suas escolhas internacionais, e elas não passavam preferencialmente pela Europa, e muito menos pela França – em verdade, o foco de sua atenção estava voltado para o encaminhamento das questões que nasciam das relações interamericanas e especialmente para as possibilidades de cooperação política e econômica com os Estados Unidos. Estabeleceram-se também para o Hexágono novos rumos, que convergiam para os problemas prementes da reconstrução e da segurança nacional, conforme se estendia a questão alemã e a manutenção das rédeas sobre o império. (LESSA, 2000a, p. 113).

A Europa como um todo, mas a França em particular, em crise e devastada pela guerra, não tinha muito a oferecer, naquele momento, para a consecução do objetivo nacional brasileiro, qual seja, alcançar o desenvolvimento, daí o desinteresse brasileiro no velho continente. Isto é, o Brasil também percebeu que a França não tinha meios econômicos, financeiros ou militares para retomar sua antiga posição (ROLLAND, 2003, p. 238). Além disso, a presença norte-americana no Brasil durante a guerra trouxe novas possibilidades para o país, que procurava calcular o que ganharia com a parceria do vizinho do norte. Sendo assim, era improvável que, no imediato pós-guerra, Brasil e França reforçassem a cooperação. Era necessário, antes de tudo, encontrar questões em que ambas as nações tivessem interesses comuns.

No campo econômico, que poderia ser utilizado para fortalecer os contatos nessa fase de retomada das relações bilaterais, também existiam dificuldades. Segundo Lessa, “desde 1945, o desenvolvimento das relações comerciais não apenas com o Brasil, mas com toda a América Latina, vinha sofrendo grandes contratemplos” (LESSA, 2000b, p. 31). Os produtos que não de procedência americana e britânica perdiam espaço no mercado consumidor brasileiro, prejudicando os eventuais esforços franceses. Ademais, também o Brasil, após constatados os efeitos da guerra, buscou fazer uso de importações apenas para atender a uma demanda real, no que se encaixam os bens de equipamento, e nessa área os produtos franceses

deveriam concorrer com os produtos e os meios de financiamento dos Estados Unidos (LESSA, 2000b, p. 31).

Sendo assim, este período inicial de retomada dos contatos foi basicamente utilizado para ambas as partes analisarem quais eram as possibilidades viáveis para a aproximação. A esfera comercial parecia ser a mais adequada para este fim, contudo, a França devastada não tinha condições de comprar mais do Brasil. Nesse sentido, não aproveitou a França a oportunidade histórica de tomar o lugar do principal parceiro europeu, a Alemanha, ainda mais debilitada devido à guerra, nos fluxos econômicos brasileiros. Entretanto, já em 1946 as relações econômicas foram retomadas, mas, por um bom tempo, a participação da França nas correntes de comércio do Brasil foi bastante marginal, pois o Hexágono custou a recuperar até mesmo os índices de comércio mantidos com o Brasil antes da guerra. Da mesma forma, o Brasil manteve uma posição marginal nas trocas com a França, devido, sobretudo, à produção concorrente da pauta exportadora brasileira com as colônias francesas. Na esfera financeira, contudo, o saldo foi um pouco mais positivo, embora não retornasse aos níveis do pré-guerra. Nos cinco primeiros anos após a retomada das relações, a França já ocupava a sexta posição dentre os países investidores no Brasil (LESSA, 2000a, 119-125).

Retomadas as relações econômicas, abriu-se o leque de temas a fazer parte da agenda bilateral, como as sempre presentes questões culturais. Todavia, nos dez primeiros anos de contato no pós-guerra, a agenda política assumiu um caráter preponderante, no centro da qual se encontram as discussões acerca do colonialismo francês. É sabido que, à época, a França ainda possuía colônias ultramarinas e, quando esta condição passou a ser contestada internacionalmente, o governo francês não hesitou em buscar apoio em todos os cantos do mundo. O Brasil poderia ter feito maior uso de seu poder de barganha nesta questão, visto que procurou assumir um caráter conciliador entre os nacionalismos árabes e os interesses da França. No entanto, não soube usufruir desta oportunidade histórica de aproveitar as questões coloniais para definir questões-chave para a relação franco-brasileira, como o contencioso financeiro, que pesava na agenda desde a Segunda Guerra Mundial, visto que, passado o período turbulento e com o início das discussões sobre o colonialismo português, o Brasil demonstrou apoio irrestrito à antiga metrópole (LESSA, 2000a, 138-141).

A partir de meados dos anos 1950, depois do não aproveitamento por parte do Brasil de defender seus interesses através da barganha diplomática com os franceses e tendo a França se recuperado das debilidades econômicas, o que se viu foi um período bastante conflituoso, no qual se insere, principalmente, a questão do contencioso financeiro e da guerra da lagosta. Teve início, nos anos 1960, portanto, uma fase de animosidade nas relações

franco-brasileiras, que novamente postergou o robustecimento dos vínculos entre os dois Estados.

O contencioso financeiro franco-brasileiro teve origem no decorrer da Segunda Guerra Mundial, quando o governo do Brasil nacionalizou algumas companhias francesas, e acabou por se tornar motivo de indisposição entre os dois governos até meados da década de 1960. Tema que causou bastante discussão e polêmica junto à opinião pública, o contencioso financeiro constituiu o mais denso obstáculo ao desenvolvimento dos contatos bilaterais da época, e justamente por ter se tornado um tema complicado, por haver desconfiança de corrupção e envolvimento de interesses empresariais na questão, os governos que se seguiram a 1945 preferiram isolar-se da questão. Neste período, até mesmo as relações econômicas sofreram os embates da indisposição política causada pela não resolução do contencioso. Conforme Lessa,

Entre 1956 e 1962, a participação da França nas correntes de comércio internacional do Brasil despencou [...]. A posição da França no rol dos maiores investidores estrangeiros no Brasil também foi abalada no período. [...] É de se crer que a perpetuação do contencioso financeiro, ao longo de boa parte do período 1956-1960, e o seu agravamento a partir de 1961, tenham agido para sedimentar a percepção de risco alto que sofreriam os investimentos no país (LESSA, 2000b, p. 39).

Coincidia a este período o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), mostrando que nem mesmo a abertura brasileira aos capitais estrangeiros conseguia chamar a atenção dos franceses. JK foi pessoalmente à França demandar investimentos, no que o país se mostrou mais voltado às suas antigas e ainda remanescentes colônias africanas, como a Argélia, e à própria metrópole. Ademais, o Brasil sabia que a criação do Mercado Comum Europeu, em 1957, diminuiria o desenvolvimento dos intercâmbios comerciais franco-brasileiros, fato que desde cedo suscitou desconfiança por parte dos brasileiros (SOUTOU, 1999, p. 324), que já imaginavam uma drástica redução de suas exportações de café para o continente europeu. Ocorre que, além de a política de tarifas preferenciais dentro da Comunidade Econômica Europeia (CEE) criar dificuldades para diversos produtos brasileiros, as exportações tropicais das colônias dos países europeus, especialmente as africanas, passavam a competir com vantagens insuperáveis com as brasileiras e latino-americanas dentro do novo mercado (VIZENTINI, 2004, p. 101).

Nesse sentido, o memorando expedido pela Chancelaria Brasileira sobre os problemas suscitados pela política da Comunidade Econômica Europeia, escrito pelo Chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas, à missão do Brasil junto à Comunidade Europeia,

em 1962, demonstra claramente o descontentamento brasileiro com a conformação da Comunidade:

Referiu-se o ministro San Tiago Dantas, em primeiro lugar, ao conjunto dos efeitos, sobre as economias latino-americanas, de todas as formas de progresso econômico decorrentes dessa experiência de integração regional, inclusive às reações a esses efeitos que, certamente se farão sentir em todos os setores da vida econômica, principalmente no relativo aos investimentos dos países da Comunidade nas economias latino-americanas, de seus programas de assistência técnica aos países subdesenvolvidos, bem como de seus planos de estabilização de mercados, das garantias de suprimento regular e de preços razoáveis aos consumidores europeus de produtos básicos, sejam matérias-primas para consumo industrial, sejam produtos alimentares. Aludiu o ministro San Tiago Dantas aos produtos agrícolas tropicais, tais como café, cacau, algodão, bananas e açúcar de cana. Tais produtos, que não concorrem com os produzidos pelos países integrantes da Comunidade – exceto no que se refere ao açúcar da beterraba – são, entretanto, importados pelos países da Comunidade e neles sujeitos a tratamento preferencial, quando oriundos de países e territórios associados de ultramar (FRANCO, 2007, p. 355).

Jânio Quadros, enquanto Presidente do Brasil em 1961, buscou a colaboração da França, principalmente para o equipamento industrial brasileiro e para o desenvolvimento da região Nordeste. Porém, um de seus objetivos essenciais, devido ao agravamento da situação econômica brasileira, era obter novos créditos, de forma a rolar a dívida brasileira. Inclusive o Embaixador brasileiro Roberto de Oliveira Campos realizou viagem à Europa para obter ajuda financeira, quando se encontrou com representantes franceses, como o próprio Presidente de Gaulle (1959-1969). Contudo, à época, a resposta francesa foi condicionada à resolução do contencioso financeiro por parte do Brasil (SOUTOU, 1999, p. 325).

A partir daí, as relações continuaram a se deteriorar, pois se somou às questões pendentes a chamada Guerra da Lagosta. O conflito teve início em 1961, quando barcos lagosteiros franceses passaram a vir para o Nordeste do Brasil depois que os crustáceos das águas africanas, onde pescavam os franceses, praticamente se esgotaram. Os franceses chegavam aqui sem autorização do governo brasileiro, suscitando revolta nos lagosteiros brasileiros. O grande debate encontrava-se acerca da dúvida se a lagosta nadava ou rastejava. Os franceses defendiam a primeira opção, pois, nadando, as lagostas se encontram em águas internacionais. Porém, se elas rastejam, então se encontram na plataforma continental, cuja exploração seria exclusiva do Brasil. Contudo, era a questão da plataforma continental que estava em plena evolução, uma vez que uma convenção internacional sobre este tema fora assinada em 1958, sob a égide da ONU, mas somente entrou em vigor em junho de 1964 (SOUTOU, 1999, p. 326).

A situação foi levada às vias diplomáticas e, após inúmeros desentendimentos, foi resolvida em favor do Brasil. Deste modo, a Guerra da Lagosta, embora não suficientemente

explorada pela literatura disponível, demonstra o estado de deterioração em que se chegaram as relações franco-brasileiras neste período, com a decisão do Brasil de enviar para as costas do Nordeste boa parte da Marinha Nacional. Segundo Lessa,

O conflito foi provocado pela negativa do governo brasileiro em permitir a pesca ou captura do crustáceo nas costas do litoral do nordeste do país [...] por lagosteiros franceses, ao que se sucedem inúmeros apresamentos efetuados pela Marinha de Guerra brasileira, culminando no envio de belonaves francesas às costas do Brasil para garantir os interesses dos pescadores envolvidos na querela, e na abertura de um conflito diplomático sem precedentes na história das relações bilaterais (LESSA, 1999, p. 109).

De acordo com George-Henri Soutou, houve uma tentativa francesa, neste período, de aproximação com os brasileiros para melhorar o relacionamento, tanto que o General de Gaulle convidara João Goulart (1961-1964) para visitar a França em março de 1963. Os brasileiros, por sua vez, esperavam que o presidente francês liderasse em direção a uma terceira força entre o Leste e o Oeste. Assim, a conjuntura parecia favorável a uma melhora nas relações franco-brasileiras, numa convergência entre os dois países em torno da política externa gaullista, baseada em independência nacional, reforço das amizades tradicionais da França e nos laços históricos e culturais. No entanto, a questão concomitante da Guerra da Lagosta poria esses esforços a perder (SOUTOU, 1999, p. 327).

Após este episódio conflituoso, novamente as relações franco-brasileiras entrariam numa nova fase. De acordo com Lessa, “a agenda conflituosa foi efetivamente zerada nesse período, mas os resultados obtidos pelos dois países no encaminhamento de suas relações não se inscreveram para a construção de uma parceria efetiva” (LESSA, 2000a, p. 233). A diplomacia brasileira percebeu que deveria ser buscada a aproximação com a França, mas também compreendia que isso somente aconteceria se conseguisse se comunicar diretamente com o presidente francês, visto que este passou a tratar o Brasil com frieza após o episódio da Guerra da Lagosta (LESSA, 2000b, p. 42). Assim, em janeiro de 1964, o Presidente Goulart convidou o Presidente de Gaulle para visitar o Brasil no decorrer de seu *tour* pela América Latina naquele ano, mas não foi o responsável por recebê-lo, visto que, em abril, os militares tomaram o poder. Aliás, este fato causou certo desconforto em de Gaulle, pois o Presidente francês percebeu que a política independente de Jânio Quadros e João Goulart com relação aos Estados Unidos havia sido abandonada e substituída por um regime que privilegiava a amizade tradicional com Washington (SOUTOU, 1999, p. 331-332).

Segundo Lessa, havia muitos problemas a se resolver com a França. Por isso, o Brasil procurava, naquele momento, uma solução global para todos, com fins de normalizar as relações franco-brasileiras. Nesse sentido,

Poucas semanas antes da chegada de de Gaulle ao Brasil, o Itamaraty enviou missão negociadora a Paris para encaminhar, com urgência, a compra dos títulos da Vitória-Minas, a mais simples de todas as questões do contencioso financeiro, ainda em circulação no mercado de valores francês. Gesto que surpreendeu o Quai d'Orsay e contentou os obrigacionistas das empresas que constituíam o contencioso, lograva então o governo brasileiro desmobilizar as pressões sociais que se abatiam sobre o governo francês quanto à intenção de incluir-se o Brasil, país que tratara tão mal os interesses dos súditos franceses, em visita que pretendia revestir de prioridade as relações da América Latina com a França (LESSA, 2000a, p. 236).

Na ocasião do encontro, a primeira visita de um Chefe de Estado Francês ao Brasil, de acordo com Soutou, “os dois presidentes afirmaram a amizade entre os dois países, seu acordo sobre as grandes orientações (independência, desenvolvimento, equilíbrio, paz), sua vontade de resolver o contencioso persistente e de desenvolver suas relações” (SOUTOU, 1999, p. 333, tradução nossa), nada além do que se espera em encontros presidenciais. Ademais, de Gaulle considerou a visita como uma consagração e um ponto de partida para o desenvolvimento das relações franco-brasileiras, insistindo que Brasil e França deveriam se unir mais dali para frente, liderando um movimento de prol do equilíbrio e da paz. Cabe lembrar o grande desagrado francês com relação à dominação norte-americana sobre a América Latina (VIZENTINI, 1998, p. 56). Contudo, urgia, à época, resolver algumas pendências entre os países, como a regularização efetiva da pesca da lagosta sobre a plataforma continental e o contencioso financeiro como um todo, o que foi devidamente realizado ainda na década de 1960 (LESSA, 2000a, p. 237-238).

Lessa também nota que, nos anos 1960, a França tinha noção de que a ajuda despendida aos países em desenvolvimento, à exceção de suas ex-colônias, não era muito expressiva, sendo essencial aumentá-la. Nesse sentido, Brasil e França celebraram o Acordo de Cooperação Técnica e Científica em janeiro de 1967 que, apesar de inserir-se num contexto em que tanto o Brasil vinha firmando diversos acordos de cooperação técnica com outros parceiros europeus e também a França com demais países latino-americanos, tornou-se um marco nas relações franco-brasileiras, porque

Bloqueadas que estavam na dimensão econômica, recuperando-se dos estragos passados na esfera política, as relações franco-brasileiras conheceram dinamismo quando examinadas na perspectiva da ajuda para o desenvolvimento que ganhou formas nos programas de cooperação técnica que começaram a ser implementados em função do Acordo que vinha de ser firmado entre os dois governos (LESSA, 2000a, p. 239-240).

Tal acordo se desenvolveu através da “cooperação técnica e científica entre os dois Estados nos campos da pesquisa científica, da formação de quadros administrativos e técnicos, do desenvolvimento econômico e social, na base do financiamento comum” (trecho do acordo em CARDOSO; MARTINIÈRE, 1989, p. 354). Além disso, ao texto do Acordo de

1967 somaram-se diversos ajustes complementares, que regraram a cooperação em muitas outras áreas, como as atividades espaciais, energia solar e outros tipos de energia, etc (CARDOSO; MARTINIÈRE, 1989, p. 357-359).

Assim, encerrava-se o período de de Gaulle na presidência francesa sem muitos avanços efetivos na relação política com o Brasil. Segundo Soutou, havia alguns problemas nos anos 1960 que impediram o fortalecimento dos vínculos, como a questão da debilidade dos meios financeiros e econômicos franceses, já alocados nas antigas colônias e na própria metrópole; a falta de complementaridade econômica entre os países, visto que o café brasileiro concorria com o café produzido nas colônias francesas; e, não obstante, a consolidação do Mercado Comum Europeu. Ademais, compõe o quadro de insucesso a prioridade dada por de Gaulle ao México na América Latina, visto como um país mais estável que o Brasil. Além disso, o General de Gaulle, com sua obsessão pela competição com os Estados Unidos, fez com que diminuísse a eficácia da política francesa, pois sempre condicionava o que ocorria na América Latina aos interesses norte-americanos. Desta forma, de Gaulle teria compreendido mal o Brasil (SOUTOU, 1999, p. 336).

Mesmo que tivesse havido alguns sinais de relativa melhora no relacionamento entre as duas nações neste período, devido às soluções das crises políticas e pelo comprometimento nos acordos de cooperação, a participação econômica da França no Brasil continuaria em níveis marginais. De acordo com Lessa,

Entre 1968 e 1979, por exemplo, enquanto a participação média do conjunto europeu aumentava nas correntes de comércio brasileiras e dos fluxos de investimentos externos diretos recebidos pelo país, chegando em determinadas ocasiões a ultrapassarem, pela primeira vez, as participações dos Estados Unidos, observava-se o encolhimento da presença francesa. [...] As participações da França são, pela primeira vez desde 1945, menores do que as de todos os principais concorrentes europeus [...] (LESSA, 2000a, p. 241).

Com efeito, quando da visita do Chanceler brasileiro Azeredo da Silveira a Paris, em 1975, os dois ministros verificaram que as relações econômicas entre as duas nações não correspondiam ao potencial de suas economias. Dessa forma, acentuaram as possibilidades existentes para melhorar esses índices, tanto em volume quanto em qualidade. Além disso, discutiram sobre as possibilidades de aumentar e diversificar as exportações brasileiras no mercado francês (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 1975, n. 7, p. 69).

É bem verdade, no entanto, que houve interesse dos empresários franceses em aproveitar as oportunidades que surgiam no Brasil em fins da década de 1960 e início da de 1970, por ocasião do chamado “milagre econômico brasileiro”. Em 1969, uma comissão parlamentar francesa avalia o mercado brasileiro com outros olhos, clamando ao

empresariado francês que se empenhasse no sentido de participar do desenvolvimento econômico brasileiro. Em 1972, são realizados mais esforços para encorajar os intercâmbios franco-brasileiros, com a visita do Ministro da Fazenda do Brasil, Delfim Neto, a Paris (GAROT, 1994, p. 156-158). Todavia, apesar das oportunidades, não houve ações decisivas para que o empresariado francês se ocupasse de maior parte do mercado brasileiro (LESSA, 2000a, p. 242).

2.2 As relações amistosas e o não aproveitamento das oportunidades

Durante o governo Geisel (1974 – 1979), o Brasil buscou reorientar sua política externa, de modo a diminuir a exclusividade dada à parceria dos Estados Unidos. Sendo assim, passou a adotar uma estratégia de diversificação das parcerias internacionais, sempre procurando ajuda para a consecução do objetivo nacional brasileiro, o desenvolvimento. É nesse contexto que a Europa Ocidental se apresenta como uma grande opção para Geisel, pois “oferece a possibilidade de construir-se, no curto prazo, um modelo de relações bilaterais baseado em amplas linhas de cooperação econômica e técnico-científica” (LESSA, 1995, p. 26). Nesse sentido, a visita do Chanceler Azeredo da Silveira à Europa e, sobretudo, à França, em 1975, se realiza justamente para remover entraves e estabelecer meios de ampliar as áreas de interesse comuns entre os países (RPEB, 1975, n.7).

No encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Jean Sauvagnargues, o Chanceler brasileiro enfatizou as semelhanças entre as políticas externas brasileira e francesa, clamando pela ampliação e diversificação das formas de cooperação entre as duas nações. Já o chanceler francês enfatizou as grandes possibilidades ainda abertas à cooperação franco-brasileira, identificando o Brasil não apenas como um amigo, mas também como um importante parceiro. Finalmente, ambos acertaram a criação de uma Grande Comissão de Competência Geral e firmaram um Acordo Marítimo. Também na ocasião ficou decidido que o Chanceler francês visitaria o Brasil em janeiro de 1976 (RPEB, 1975, n.7, p. 61-69). Não obstante, o Presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing (1974-1981), aproveitou a oportunidade para convidar o Presidente brasileiro a visitar a França no ano seguinte (GAROT, 1994, p. 159), em mais uma demonstração de interesse em estreitar os vínculos com o país sul-americano. A partir deste momento, de fato, os encontros de alto nível se tornaram mais frequentes.

O Brasil recebeu, ainda em 1975, a visita do Ministro de Comércio Exterior francês, acompanhado de uma delegação de quarenta industriais franceses, os quais procuraram demonstrar o desejo da França de tornar-se o primeiro parceiro econômico europeu do Brasil (GAROT, 1994, p. 159-160). Apesar de todas essas oportunidades e tratativas, seria, pois, de se esperar que as relações econômicas entre Brasil e França deslanchassem, porém não foi isso que ocorreu. Como se sabe, a análise dos investimentos diretos franceses no Brasil mostra números discretos no período 1968-1979. De acordo com Lessa, também nesse âmbito não teve o empresariado francês a vontade de usufruir das possibilidades oferecidas pelo mercado brasileiro, o que levou a França a ocupar as mesmas posições observadas no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial (LESSA, 2000a, p. 242).

As relações políticas com a França foram reativadas neste período. Após as visitas recíprocas dos Chanceleres brasileiro e francês, em março de 1976, o Brasil recebeu a visita do Ministro da cultura da França e, em abril, o Presidente Geisel visitou Paris (VIZENTINI, 1998, p. 234-253). A viagem de Geisel à França insere-se, portanto, neste contexto de busca de novos vínculos externos capazes de fazer diminuir a dependência frente aos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, de proporcionar cooperação com o Brasil em áreas essenciais ao desenvolvimento. A viagem do primeiro presidente brasileiro à França visava à retomada do diálogo entre os dois países e resultou, na esfera econômica, em acordos de cooperação envolvendo o Pólo Petroquímico do estado do Rio Grande do Sul, o terminal açucareiro do Porto de Santos, o financiamento francês para a construção de uma hidrelétrica no Brasil, a instalação de uma plataforma brasileira na área do porto de Havre, o fornecimento de trens franceses para a Rede Ferroviária Federal, a cooperação franco-brasileira no campo petrolífero, sobretudo com respeito às tecnologias de exploração das jazidas submarinas, o aumento das compras de minério de ferro brasileiro pelas empresas francesas e o desenvolvimento de operações conjuntas em terceiros países (RPEB, 1976, n. 9, p. 20).

Em outubro de 1978, teve lugar a visita do Presidente francês, Giscard d'Estaing, ao Brasil, ocasião em que se buscou reforçar o entendimento entre Brasil e França. No encontro, Geisel saudou a presença cultural francesa no Brasil e a admiração recíproca entre os dois povos, ao passo que d'Estaing assinalou a proximidade histórica entre as duas nações. Neste encontro, foi firmado o Acordo Básico de Cooperação Inter-Universitária, o Acordo de Cooperação Tecnológica Industrial, Acordo sobre Execução das Cartas Rogatórias, Acordo de Cooperação no Campo da Energia Solar e uma declaração de intenções acerca de financiamentos franceses ao governo brasileiro (RPEB, 1978, n. 19, p. 101-105). Ademais, Geisel enfatizou que

Na história das relações franco-brasileiras, nenhum outro período poderá ombrear com os últimos três anos em termos de trabalho político consistente pela aproximação da França e do Brasil [...] A cooperação econômica ganha seu dinamismo natural e as oportunidades políticas abrem-se diante de nossos olhos (RPEB, 1978, n. 19, p. 24).

Assim, por mais que tenham se elevado os contatos diplomáticos e as oportunidades de cooperação político-econômica entre França e Brasil na década de 1970, é notável que quase nada fora aproveitado. Tanto os anos do “milagre econômico brasileiro” como a estratégia de diversificação dos vínculos externos poderiam ter dinamizado o intercâmbio econômico e aprofundado a cooperação política, científica e tecnológica entre ambas as nações, mas a França não soube aproveitar essas oportunidades (LESSA, 2002, p. 12). Ou seja, houve certa intensificação dos contatos políticos, porém, na prática, não passou de retórica vazia.

A política externa inaugurada pelo General João Baptista Figueiredo (1979-1985) não fugiria muito da preconizada pelo seu antecessor, com a diferença de que ela procurava se adaptar aos novos ambientes externos e internos – a crise da dívida e a Nova Guerra Fria e o processo de abertura e crise do regime militar (VIZENTINI, 1998, p. 277). Neste novo contexto, as relações com a Europa, embora não tivessem sido elevadas à prioridade, continuaram sendo importantes. E a França não ficou de fora do círculo abrangente da política externa brasileira, conforme os empréstimos obtidos por Delfim Neto, em 1981, viriam comprovar. O Ministro do Planejamento esteve na Europa buscando acordos financeiros e, após dez dias, anunciou haver obtido US\$ 1,23 bilhão em créditos comerciais e empréstimos na França. Em abril de 1980, o Chanceler francês visitou o Brasil, antecipando os contatos antes da partida de Figueiredo à França, em janeiro do ano seguinte (VIZENTINI, 1998, p. 319-320).

A visita do Presidente brasileiro à França visou à ampliação das relações franco-brasileiras, desenvolvendo a perspectiva de cooperação nas áreas energética, de telecomunicações e de informática (VIZENTINI, 1998, p. 320). Na ocasião, os presidentes se congratularam ao perceberem avanços nos acordos firmados quando da visita do Presidente Giscard d'Estaing ao Brasil, em 1978. Ademais, foi assinado o Tratado de Delimitação Marítima entre o Brasil e a França no largo do Departamento da Guiana, além de diversos outros acordos sobre variados temas (RPEB, 1981, n. 28, p. 3-33). Conforme Vizontini, Figueiredo retornou à França no mesmo ano, quando obteve empréstimos da ordem de US\$ 1,5 bilhão para aplicar na área energética. Na ocasião, além da afirmação do presidente de que não aceitaria participação de capital estrangeiro no Proálcool, o Brasil logrou “créditos

franceses para a construção de uma termelétrica de carvão, três hidrelétricas, dois navios para produtos petroquímicos, o sistema ferroviário para Belo Horizonte e a instalação de complexo equipamento de controle do tráfego aéreo na região Sul” (VIZENTINI, 1998, p. 320).

Na década de 1980, viu-se na França a eleição do primeiro presidente socialista do país. François Mitterrand (1981-1995) assume com uma política de ajuda bem delimitada para o terceiro mundo, embora sejam reduzidas as dimensões públicas dadas às relações com a América Latina (CAUBET, 1981, p. 101). De acordo com Alain Zantman, entretanto, o novo governo afirmava o desejo de transformar as relações com o Brasil novamente democrático, após vinte anos de ditadura militar. Nesse sentido, o apogeu dessa boa vontade foi marcado pela visita de Tancredo Neves à residência pessoal de Mitterrand (ZANTMAN, 1987, p. 262). Era a década da crise das dívidas externas na região, e o presidente francês seguiu as diretrizes do próprio Partido Socialista, ao olhar com solidariedade as nações americanas, defendendo a resolução do endividamento externo das economias subdesenvolvidas de maneira a não impor maiores sacrifícios às populações (LESSA, 2000a, p. 246).

Em outubro de 1985, Mitterrand veio ao Brasil retribuir a visita de Tancredo Neves, já sucedido por José Sarney. De fato, o discurso do Presidente Sarney fez apelo ao apoio da França na questão da dívida externa, tendo “certeza de que a França, sensível às causas dos mais pobres e injustiçados, nos ajudará a carregar essa bandeira” (RPEB, 1985, n. 47, p. 7). Contudo,

A visão impetuosa de Mitterrand sobre o tema das dívidas não prosperou a tempo de trazer resultados concretos, tolhida que foi pela reversão do quadro político-partidário interno, que procedeu a ajustes gerais nos eixos diretores de grande parte das políticas que vinham sendo formuladas e implementadas, inclusive da política externa. Assim, enquanto o Primeiro Ministro Jacques Chirac consagrava o tradicionalismo no trato dos temas financeiros, perdia-se oportunidade para o estabelecimento de cooperação em assunto que falava de perto ao desenvolvimento dos países latino-americanos (LESSA, 2000a, p. 246-247).

Na análise das relações econômicas franco-brasileiras na década de 1980, novamente, não se percebeu uma grande mudança de posição do Hexágono entre os clientes e fornecedores do Brasil. No âmbito dos investimentos externos diretos, a França perdeu a participação que dispunha até meados da década de 1980, visto que toda a região, não apenas o Brasil, encontrava-se em crise. Até 1985, entretanto, o país chegou a participar com 4,5% nos investimentos externos diretos no Brasil, um número bastante considerável (PRATES, 2003, p.110). Contudo, já em 1986, para fins de comparação, o país participava com 3,2% dos ativos estrangeiros, situando-se na sétima colocação dentre os parceiros brasileiros

(ZANTMAN, 1987, p. 238). Continuariam, portanto, as relações econômicas relegadas a uma melhora em um período posterior.

No âmbito comercial, de acordo com Lessa, a França continuou ocupando, entre 1980 e 1989, a sétima colocação dentre os parceiros econômicos brasileiros, participando de 3,25% das correntes de comércio do país (LESSA, 2000a, p. 245-246). O Brasil, por sua vez, no ano de 1985, nada mais era do que o décimo sexto fornecedor francês e o vigésimo sexto cliente (ZANTMAN, 1987, p. 226). O Presidente brasileiro não deixou de fazer menção a esta constatação quando do encontro com o homólogo francês, demonstrando preocupação quanto à composição da pauta comercial franco-brasileira.

Temos comprado menos nos últimos anos, mas tal situação poderá ser corrigida pela retomada do crescimento da economia brasileira. Preocupa-nos, também, a estrutura das trocas, pois na pauta de nossas exportações, cujos valores têm variado pouco, ainda predominam determinados produtos básicos. O Brasil pode oferecer à França bens industrializados, em condições competitivas de preço e qualidade. Isso constituiria estímulo adicional para que voltássemos a importar em escala condizente com nossas necessidades de desenvolvimento (RPEB, 1985, n. 47, p. 6).

Já a aproximação cultural se fez muito mais constante nos anos 1980, com a realização do Projeto França-Brasil entre 1986 e 1989. O Projeto teve início na ocasião da vinda de Mitterrand ao Brasil. Tratou-se de uma iniciativa que buscou dar mais relevo e amplitude aos laços já existentes entre os dois países, estimulando um melhor entendimento entre aquelas nações. A proposta era o desenvolvimento de uma série de eventos que englobassem atividades culturais, educacionais, universitárias, esportivas, promocionais e de cooperação científica, tecnológica e industrial, de modo a promover uma reflexão conjunta sobre os grandes problemas do mundo (RPEB, 1985, n. 47, p. 88-89). No âmbito do Projeto, teve lugar, por exemplo, o colóquio *Imagens Recíprocas do Brasil e da França*, que se tratou de uma mesa redonda, composta por escritores franceses e brasileiros, disposta a refletir sobre a forma com que a realidade brasileira era percebida na França (PARVAUX; REVEL-MOUROZ, 1991, p. 23-24). O Projeto França-Brasil teve repercussão modesta na França, mas tornou-se um ponto de inflexão na presença brasileira no país. A partir daí, a cultura brasileira passou a ser reconhecida, e se viu um aumento de interesse nas artes do nosso país (AMARAL, 2008, p. 47-52).

Apesar de as relações culturais entre França e Brasil não serem objetivo central de análise desde trabalho, cabe considerar que esta questão sempre esteve bastante presente no relacionamento franco-brasileiro. Em todos os discursos presidenciais por ocasião da visita do Chefe de Estado do outro país, os vínculos históricos que ligam Brasil e França são lembrados com muito vigor. De fato, a influência francesa na formação cultural brasileira é evidente,

pois está presente, há muito tempo, em praticamente todas as áreas, que vão desde o cinema, as artes plásticas, a literatura e às próprias ideias políticas. Nesse sentido, não é de se estranhar os cumprimentos entre os representantes de ambas as nações no que se refere aos estreitos laços que unem o Brasil e a França há muitos anos.

Não obstante, nos anos 1980 seria resolvida a questão da fronteira entre o Brasil e a França na região do Amapá-Guiana Francesa. Acontece que os limites entre os dois países, visto que a Guiana Francesa faz parte do território ultramarino da França, haviam sido consagrados em 1900, porém, nunca haviam sido demarcados. Contudo, como a imigração clandestina de brasileiros e o contrabando na fronteira passaram a ser mais frequentes e preocupantes, os dois Estados se esforçaram para resolver definitivamente a questão, chegando a uma resolução em 1984 (LESSA, 2000a, p. 246). Essa região de fronteira passaria por mais um período de relativo esquecimento nas relações entre França e Brasil, entretanto, como se verá posteriormente, nos anos 2000 a questão volta à tona, desta vez com destaque e como marco do cada vez mais intenso relacionamento franco-brasileiro.

Finalmente, fazendo um balanço desde o período de retomada das relações bilaterais entre França e Brasil depois da Segunda Guerra Mundial, percebe-se que, inicialmente, os países não se enxergaram como parceiros por vivenciarem conjunturas diferentes. Não havia, assim, ligações fortes que fizessem com que ambas as nações se vissem como parceiros estratégicos, o que foi passível de mudar na década de 1970 com a diversificação dos vínculos externos brasileiros, num momento em que a França, mais fortalecida, poderia oferecer meios para que o Brasil alcançasse o desenvolvimento. Entretanto, o apoio que a França conseguia prover ao Brasil ficava aquém do que se podia esperar de um país como tal. Mesmo quando tiveram a oportunidade de buscar maior presença no Brasil, quando este buscou diminuir a exclusividade americana, não se mostraram os franceses capazes de propor iniciativas. Deste modo, também as relações econômicas seguiram uma constante de níveis baixos e estáveis no decorrer do período, muito inferior ao que poderia ter sido feito para melhorar as relações entre os dois Estados. Além disso, os discursos políticos, tão promissores, não passariam de retórica.

A década de 1990, como se verá, torna-se uma fase de transição no relacionamento franco-brasileiro. Devido a novas conjunturas e situações internas, tanto na França como no Brasil, as oportunidades passam a ser vistas sob outra perspectiva nos dois Estados e a aproximação é evidente, entrando numa fase de amizade que nem de longe lembra o período conflituoso vivido por Brasil e França nas primeiras décadas de retomada de contatos no pós-guerra.

2.3 A aproximação efetiva na década de 1990

No início dos anos 1990, alguns acontecimentos deram indícios de que atrapalhariam, novamente, a aproximação entre franceses e brasileiros nos anos vindouros. No Brasil, em 1992, houve o *impeachment* do presidente Fernando Collor, o que causou forte desconfiança na França, por se tratar o Brasil de um país política e economicamente instável, visto que, à época, o país também sofria com uma inflação galopante. Deste modo, até meados da década, estas circunstâncias impediriam a constituição de uma visão francesa positiva do Brasil e, consequentemente, a aproximação com o país sul-americano. Conforme Lessa,

Permaneciam os investidores franceses impressionados com a imagem amplamente desfavorável de um Brasil que se apresentava tocado por administrações incapazes, quando não corruptas, que não conseguiam retirar a sua população das condições de subdesenvolvimento que se perpetuaram no tempo. A evolução política parecia dar sinais de que cairia no retrocesso dos pronunciamentos, pois, a seu ver, essa era a forma com que os brasileiros se livravam dos governantes indesejáveis. Na falta de regras claras para a economia, o recomendável era a distância. O Brasil era, em síntese, um negócio para corajosos (LESSA, 2000a, p. 247).

Por outro lado, a estabilidade econômica alcançada após o advento do Plano Real, a liberalização da economia, a consolidação da democracia e a constituição do Mercosul fariam os franceses mudarem a percepção, identificando novas e profícuas possibilidades no país sul-americano e abrindo uma nova etapa nas relações bilaterais. Também a França, com a evolução do processo europeu de integração, entrava numa nova fase, munida do surgimento de uma mentalidade de negócios mais empreendedora. Portanto, percebe-se que os dois países ressurgiram da Guerra Fria com outras percepções sobre os vínculos externos, engajados em seus processos integracionistas e conscientes de que sua inserção internacional não poderia mais ser concebida fora deles (LESSA, 2000a, p. 247-248).

Desta forma, insere-se neste contexto de esforço brasileiro para chamar a atenção da França, o discurso proferido pelo Chanceler do governo Itamar Franco, Celso Amorim, ao Senado Francês, em maio de 1994:

O Brasil vê a França como um parceiro de cooperação e não como fonte de programa assistencial. O Brasil deseja aprofundar com a França e com os grandes países europeus que a ela se associam na audaciosa aventura da União Europeia os laços de cooperação recíproca em todos os campos, do político ao cultural, do tecnológico ao militar, do econômico ao científico. Os empreendimentos integracionistas em que estamos empenhados, em especial o Mercosul, abrem perspectivas novas de relacionamento entre a Europa e a América Latina, no qual o Brasil e a França têm papel primordial (RPEB, 1994, n. 74, p. 88).

De acordo com Amado Cervo, nos anos 1990, a França veio atrás do espaço deixado por outros parceiros tradicionais brasileiros, como a Alemanha e o Japão, iniciando um

período de dinamismo no relacionamento franco-brasileiro (CERVO, 2002, p. 23). Em dezembro de 1994, teve lugar a Cúpula das Américas, dando início às negociações para o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), ao que a França se mostrou bastante receosa, temendo uma dominação norte-americana no comércio com a América Latina, como já estava acontecendo com o México, devido à adesão deste ao NAFTA (MARTINS, RIOS; ROSAR, 2003, p. 89). Neste sentido, a partir da constituição do Mercosul, a estratégia brasileira passou a ser fortalecer o bloco, de modo a organizar o espaço sul-americano com autonomia perante os Estados Unidos (CERVO, 2002, p. 27). Sendo assim, o Brasil conseguiu lograr, ao mesmo tempo em que participava das negociações da ALCA, a utilização do Mercosul para negociações coletivas com a União Europeia, aí inserindo-se a França.

A política externa inaugurada por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) evidenciaria a vontade brasileira de estreitar os vínculos político-econômicos com a França, conforme a intensidade dos contatos a partir daquele ano viria demonstrar. Contudo, a partir daí, inserido no contexto de contraposição às negociações da ALCA, as relações franco-brasileiras, apesar de bastantes promissoras e, de fato, realizadas, no âmbito político, guiar-se-iam sempre levando em consideração sua inserção nos blocos integracionistas e as negociações para o estabelecimento de uma área de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. De acordo com André Reis da Silva,

Embora tenham mantido contatos políticos de alto nível, as relações Brasil-França durante o período foram condicionadas pelos posicionamentos nas negociações comerciais, tendo o Brasil assumido a liderança na crítica dos subsídios agrícolas, e, a França, a defesa da Política Agrícola Comum. Além disso, ocorria o condicionamento das relações entre União Europeia e Mercosul, por causa do protagonismo destes países em seus respectivos blocos econômicos (SILVA, A., 2008, p. 235).

Neste contexto de negociações, já em dezembro de 1995 trataram as partes de conseguir a assinatura de um Acordo Quadro de Cooperação Inter-Regional Mercosul-União Europeia, logo após o bloco sul-americano adquirir sua personalidade jurídica através do Protocolo de Ouro Preto. Este acordo apenas mostraria as bases para a associação inter-regional. Na visão do Chanceler Luiz Felipe Lampreia, a integração com a União Europeia só viria a acrescentar positivamente os fluxos comerciais com o Mercosul, visto ser o bloco europeu o maior parceiro comercial do Brasil. Contudo, o Ministro tinha consciência de que um processo dessa envergadura merecia ser bastante discutido e baseado no gradualismo (RPEB, 1995, n. 77, p. 39). Em 1999, o acordo entrou em vigor, mas sem muitos avanços nas negociações desde então. O posicionamento de França e Brasil no âmbito das tratativas para o

estabelecimento de uma área de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia será objeto de estudo mais aprofundado na parte final deste trabalho.

De acordo com Antônio Carlos Lessa, o governo FHC desejava estreitar os vínculos com o parceiro francês. Para tanto, já em 1995 foi criado um Comitê Estratégico no âmbito da Comissão Econômica Franco-Brasileira, com a finalidade de proceder a uma avaliação das medidas necessárias à dinamização dos investimentos e do comércio. Ademais, no mesmo esteira de fortalecimento das relações, o presidente brasileiro visitou Paris em maio de 1996. Em outubro do mesmo ano, teve lugar a “Exposição França 2000” no Brasil, com fins de demonstrar o desenvolvimento industrial e tecnológico da França contemporânea e, em março de 1997, o presidente Jacques Chirac retribuiu a visita ao colega brasileiro. É interessante notar que os encontros passavam a ter outra conotação; não apenas ficavam no discurso político, como também se valiam da presença de delegações empresariais, de modo a explicitar as possibilidades econômicas a serem exploradas (LESSA, 2000a, p. 249).

Na ocasião da visita à França, em maio de 1996, o Presidente Cardoso procurou dar indícios das grandes possibilidades de investimento que surgiam no Brasil com a política das privatizações, mostrando um Brasil seguro e atrativo, graças às estáveis variáveis macroeconômicas e à consolidação da democracia (RPEB, n. 78, p. 235-237). Outrossim, demonstrou convicção de que a parceria econômica franco-brasileira era viável, sendo a França um país detentor de tecnologias de ponta justamente nos setores em que o Brasil demandava investimentos externos, como infraestrutura, transportes, energia e telecomunicação. Nesse sentido, de acordo com FHC,

Não é por outra razão que os recursos externos voltaram a afluir em grandes volumes para o Brasil. E a França, uma das cinco maiores economias mundiais, com grupos empresariais modernos, tecnologicamente competitivos em escala mundial, não pode deixar de ocupar um grande espaço na economia brasileira. Promover esta reaproximação entre o Brasil e a França é o objetivo principal desta minha visita de Estado (RPEB, 1996, n. 78, p. 240).

Desta visita, o principal documento assinado foi o Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, que entrou em vigor em abril e julho de 1997, respectivamente, no Brasil e na França. O conteúdo do documento demonstrava o comprometimento franco-brasileiro em conferir renovado impulso ao diálogo bilateral em todos os níveis, reforçando a cooperação econômica, cultural, científica e técnica. Através deste Acordo, a Comissão de Competência Geral Franco-Brasileira, estabelecida em 1975, ficava ab-rogada, ficando em seu lugar uma nova Comissão Geral, que, desde que fora estabelecida, se reuniu três vezes (BRASIL, 1997).

Em março de 1997, seria a vez do Presidente Jacques Chirac (1995-2007) visitar o Brasil, numa clara tentativa de tentar conter a influência norte-americana na região latino-americana. De acordo com o Presidente, “o lugar da União Europeia na América Latina é mais importante do que o dos Estados Unidos. Não é interesse dos países latino-americanos se fechar em uma NAFTA alargada, mas sim, se expandir no mundo” (BERNARDES, 1997). Entretanto, como se sabe, os produtos agrícolas são, desde antes desta época, ponto de atrito entre a União Europeia e o Mercosul, que acabam travando as negociações para o estabelecimento de uma área liberalizada entre os dois blocos. Mesmo assim, a alternativa à preponderância norte-americana, justamente para barganhar nas negociações com a ALCA, pareceu simpática aos olhos brasileiros.

Em novembro do mesmo ano, novamente Cardoso visitou a França, dessa vez para encontrar seu homólogo francês no departamento ultramarino da Guiana Francesa. Neste encontro, os Chefes de Estado descobriram a potencialidade da cooperação fronteiriça. “Com efeito, redescobre a França que a sua mais longa fronteira não é com a Itália, a Alemanha ou Espanha, mas com o estado brasileiro do Amapá, vizinho do Departamento da Guiana, ao qual separam 600 quilômetros de fronteira fluvial” (LESSA, 2002, p. 16). No encontro na cidade de Saint-George de L’Oyapock, quando Chirac se confundiu e chamou FHC de Presidente do México, o Presidente francês anunciou a pretensão de transformar a Guiana Francesa num ponto de entrada do Mercosul para a União Europeia, ligando Buenos Aires a Caracas, passando pelo território francês. Nesse sentido, Chirac propôs a construção de uma ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, que ligaria por terra as duas regiões (FRANÇA, 1997). Contudo, apesar das intenções, o projeto demorou a tomar forma, pois somente em 2001 os Estados firmaram o acordo sobre o projeto de construção da referida ponte, para, em 2005, darem novo impulso à sua construção, que começou, de fato, em 2009, como se verá mais detalhadamente na sequência deste trabalho.

Também em novembro de 1997, cabe constar, foram inaugurados os trabalhos da Comissão Geral Franco-Brasileira, em Paris. Na abertura, o discurso do Chanceler Lampreia fazia um resumo do andamento dos contatos franco-brasileiros no decorrer da década de 1990, evidenciando e comemorando os resultados positivos já obtidos com a França, sem deixar de lado as queixas quanto à questão comercial, bastante aquém de suas possibilidades devido à política agrícola europeia. Segundo Lampreia,

A troca de visitas presidenciais em 1996 e 1997 e o encontro histórico – e inédito – que os Presidentes Chirac e Fernando Henrique acabaram de ter na fronteira comum são expressões políticas máximas deste novo tempo (*nas relações Brasil-França*). [...] O comércio bilateral tem crescido exponencialmente, favorecendo muito mais,

entretanto, as exportações francesas, já que produtos brasileiros muito competitivos continuam a enfrentar barreiras protecionistas praticadas pela União Europeia. Ainda assim, o panorama das relações econômico-comerciais França-Brasil é outro; nossa parceria conta entre as principais nas relações entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. E o potencial a explorar cresce cada vez mais. [...] A França volta a ocupar, nas relações exteriores do Brasil, um papel importante como parceiro econômico, cultural e na área da cooperação. E o Brasil tem todo interesse em ser uma referência de primeira grandeza para a França na América Latina (RPEB, 1997, n.81, p. 66).

Como se pretendeu demonstrar, a década de 1990 propiciou um grande salto qualitativo nas relações políticas franco-brasileiras, o que levou, conseqüentemente, à melhora dos fluxos econômicos. Contudo, esse movimento só foi percebido a partir da segunda metade da década, e houve aumento, principalmente, nos níveis de investimento. De acordo com Daniela Magalhães Prates, a presença de empresas estrangeiras no Brasil aumentou significativamente ao longo da década de 1990, como resultado das reformas estruturais (abertura comercial e financeira e desestatização) e da estabilização de preços obtida com o Plano Real. Contudo, no início do período, os fluxos de investimentos diretos franceses não privilegiaram a América Latina e o que chegou à região foi alocado preferencialmente na Argentina e no México, que iniciaram seus processos de privatização antes do Brasil (PRATES, 2003, p. 111). Na verdade, conforme Juruá e Tauile,

Durante a primeira metade dos anos 1990, os franceses, além de estarem às voltas com a reversão do ciclo recessivo, concentraram sua atenção sobretudo nos países asiáticos. É a partir de 1997-1998 que se acentuam os fluxos de investimento para o Brasil e, ao final da década, o Brasil já ocupava o segundo lugar no conjunto dos emergentes como país receptor de investimentos franceses (JURUÁ; TAUILE, 2003, p. 55).

Considerando os fluxos acumulados entre 1996 e 2000, a França foi o quarto principal país de origem dos investimentos direcionados para o Brasil, sendo responsável por 10,5% desses fluxos. Foi um resultado muito bom, dado que o Brasil manteve sua posição como principal país de destino do investimento externo francês na América Latina. No final da década, o Brasil se tornou o segundo principal país emergente receptor dos investimentos franceses no mundo (PRATES, 2003, p. 115).

Também Antônio Carlos Lessa corrobora esses dados, ao perceber a “retomada espetacular” dos investimentos franceses no Brasil a partir de 1996. Neste ano, a França chegou a ser o segundo investidor em termos de fluxos, atrás apenas dos Estados Unidos, devido à entrada de novos jogadores de peso e expressão mundial no processo de privatização de serviços públicos e de novos investimentos na indústria. Lessa concluiu que

Esse interesse renovado permitiu que, apenas na década de noventa, os franceses abandonassem as posições marginais que vinham ocupando no rol dos maiores

investidores estrangeiros do Brasil. Com efeito, em virtude da afluência generosa de capitais, na média anual do período compreendido entre 1990 e 1997, a França ascende ao posto de segundo maior inversionista, com uma participação de 6,4% no total dos fluxos de investimentos estrangeiros recebidos pelo Brasil, o que corresponde a mais do que o dobro das participações da Alemanha e do Japão (LESSA, 2000a, p. 251-252).

Enquanto o setor de investimentos progrediu bastante nos anos 1990, a esfera comercial nas relações franco-brasileiras permaneceu pouco significativa, com baixo dinamismo e diversificação. Tal fato se deve, principalmente, ao protecionismo francês, sobretudo nas questões agrícolas (AZAMBUJA, 2003, p. 129). A França detém o maior setor agrícola da Europa e este se beneficia do suporte recebido pela Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia (MARTINS, RIOS; ROSAR, 2003, p. 86). Nesse sentido, sendo as pautas brasileiras ainda concentradas em produtos agrícolas, o comércio brasileiro com a França acaba sofrendo a concorrência dos fornecedores com os quais aquele país detém vínculos históricos, além das próprias restrições de acesso impostas pela PAC. Portanto, na década de 1990, as relações estritamente comerciais permaneceram à margem do fortalecimento dos vínculos franco-brasileiros, localizando-se a França na oitava posição entre os fornecedores e clientes do Brasil, com uma participação média anual de 2,57% das suas correntes de comércio (LESSA, 2000a, p. 254).

Nesta primeira parte do trabalho, pois, procurou-se demonstrar como se deu a mudança gradativa do tratamento recíproco entre França e Brasil. Todas as fases por que passaram as relações entre estes Estados servem para mostrar que ambos têm procurado, a partir dos anos 1990, recuperar o tempo que perderam tentando encontrar formas viáveis de cooperação. A década de 1990 é, nesse sentido, momento de transição no relacionamento político-diplomático entre aquelas nações. Este aumento qualitativo dos contatos será responsável por consolidar uma promissora parceria estratégica nos anos 2000, além de fortalecer as visões convergentes entre Brasil e França sobre a comunidade internacional e seus problemas, matéria que será objeto de análise do próximo capítulo.

3 O FORTALECIMENTO DA AGENDA FRANCO-BRASILEIRA NOS ANOS 2000: A CONSTRUÇÃO DA PARCERIA

A chegada do novo século possibilitaria a maior proximidade política já vista entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa. Ainda na presidência de Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac, ambas as nações puderam estreitar ainda mais os vínculos diplomáticos, através das constantes visitas de alto nível. Além disso, a cooperação transfronteiriça ganhou novos e promissores ares nos discursos, bem como a questão cultural foi elevada a um alto patamar com os eventos conhecidos por *Ano do Brasil na França*, em 2005, e *Ano da França no Brasil*, em 2009, traduzindo os bons momentos às relações político-diplomáticas. Nesse sentido, a aproximação com Paris, que já estava em andamento, pode ser ainda mais intensificada devido à nova posição adquirida pelo Brasil no cenário internacional no decorrer do Governo Lula (BUSTANI, 2010, p. 169).

Independentemente do partido político que estivesse no poder, todas essas iniciativas se traduziriam no caminho que os dois Estados foram trilhando na tentativa de melhorar constantemente esta boa relação, já cultivada desde meados dos anos 1990. Como se verá, o relacionamento foi se aperfeiçoando a tal ponto que, em dezembro de 2008, com Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy dirigindo o Brasil e a França, respectivamente, os dois países oficializaram a parceria estratégica, lançando um Plano de Ação que não somente versa sobre questões de ordem securitária e militar, mas também abarca temas de interesse comum, como o diálogo político e a governança global, a cooperação econômica e comercial, o desenvolvimento sustentável, as mudanças climáticas, dentre outros. Além disso, a iniciativa consolida a concordância em grandes temas da agenda internacional atualmente.

3.1 Os anos 2000: a evolução dos contatos

No início do ano 2000, já em abril, teve lugar a II Reunião da Comissão Geral Brasil-França, realizada em Brasília. Nela, que nada mais é do que o principal foro de avaliação do relacionamento entre os dois países, se reuniram uma Comissão Econômica, uma Comissão Cultural e Linguística e uma Comissão Científica, Tecnológica e Técnica, além de Consultas Políticas entre Ministros e altos funcionários do Itamaraty e do Quai d'Orsay. Conforme previsto no Acordo-Quadro de Cooperação, estas reuniões ocorreriam para contribuir ao

aprofundamento e fortalecimento da parceria entre Brasil e França, tal como idealizada pelos Presidentes FHC e Chirac (RPEB, 2000, n. 86, p. 225).

Dando sequência aos encontros, em junho do mesmo ano, o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou visita a Paris, quando buscou discutir com Chirac a possibilidade da efetivação do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, visto que Brasil e França assumiriam, no segundo semestre, a presidência de seus respectivos blocos de integração (RPEB, 2000, n. 86, p. 262). Como se sabe, não houve, até hoje, muitos avanços neste projeto. Não obstante, como resultado daquele encontro, os dois presidentes concordaram com a criação de uma ponte sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa ao estado brasileiro do Amapá. Contudo, na ocasião, só ficou decidido que esta ponte seria erguida, cabendo aos assessores dos presidentes definirem o melhor local para sua construção (SÁ, 2000).

Atendendo ao pedido do Presidente brasileiro, o Primeiro Ministro francês, Lionel Jospin, visitou o Brasil em abril de 2001. Jospin trouxe consigo uma comitiva com aproximadamente 220 pessoas, composta por diversos ministros franceses e dirigentes de alguns dos maiores grupos empresariais da França (RPEB, 2001, n. 88, p. 262). Além de palestras em universidades e jantares com alguns governadores brasileiros, o Primeiro Ministro se encontrou com o Presidente Cardoso, quando discutiram diversas questões internacionais. Nesse sentido,

A visita tem caráter excepcional, uma vez que o Chefe do Governo francês raramente viaja ao exterior. O Primeiro-Ministro Lionel Jospin demonstra, com esse gesto, o alto nível de prioridade que a França atribui ao relacionamento com o Brasil, que conhece hoje momento de alta qualidade, marcado por útil diálogo e construtiva cooperação governamental e por crescente intensificação dos vínculos econômicos, em especial com a ampliação significativa dos investimentos franceses no País e do aumento das exportações brasileiras para o mercado francês [...]. Nossa agenda com a França é positiva, não apresentando contenciosos de maior relevância. O Governo brasileiro tem conferido caráter especial a essa relação no espírito do “partenariat stratégique” adotado pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac em Paris, em 1996, e reafirmado em Brasília, em 1997 (RPEB, 2001, n. 88, p. 262).

Como resultado do encontro, houve declarações conjuntas dos ministros homólogos dos respectivos países sobre cooperação na área de ciência e tecnologia, doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e do combate a incêndios florestais (RPEB, 2001, n. 88, p. 262). Porém, o que mais se sobressaiu foi o acordo sobre o projeto de construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque, assinado pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da França. A partir daí, a cooperação transfronteiriça, que

já constava no texto do Acordo-Quadro de Cooperação franco-brasileiro, ganhou novo fôlego e passou a ser tema recorrente nos discursos presidenciais.

Este aspecto, referente à fronteira comum, deve ser ressaltado ao se fazer uma análise das relações franco-brasileiras. Com efeito, desde a assinatura do Acordo-Quadro, foi-se construindo um novo cenário, quando se abriu a possibilidade de acordos mais efetivos com incidência direta na fronteira, buscando diminuir o isolamento entre duas cidades, Saint Georges de l'Oyapock, na França, e Oiapoque, no lado brasileiro (SILVA, G., 2008, p. 3). A partir daí, propostas de cooperação institucionalizada articulando tanto o estado do Amapá quanto o departamento da Guiana Francesa para as áreas de segurança, saúde, transportes, agricultura, língua, educação e tantas outras, passaram a constituir agenda permanente entre Brasil e França, embora ainda não tenham representado um efetivo avanço de qualidade de vida para os habitantes da fronteira (SILVA; RÜCKERT, 2009).

O Presidente Cardoso, no encontro com o Primeiro Ministro francês, lembrou a importância da fronteira franco-brasileira, a mais extensa que o país europeu possui, reiterando que o acordo para a construção da ponte sobre o rio Oiapoque colaboraria para que ambas as nações se lembrassem do que compartilham, valorizando a proximidade geográfica entre elas. Segundo FHC, tratava-se da primeira ligação física entre o Brasil e a França e, além do valor simbólico que carrega, representa um forte estímulo ao desenvolvimento sustentável daquela região, trazendo incontáveis benefícios para as populações ribeirinhas de ambos os lados da fronteira (RPEB, 2001, n. 88, p. 90).

Entretanto, apesar da empolgação inicial, somente em 2005 o acordo ganharia novo vigor, com a visita do Presidente Lula a Paris por ocasião do *Ano do Brasil na França*. Continuava Chirac na presidência francesa, e, considerando que partiu desse presidente o lançamento da cooperação transfronteiriça com o Brasil, urgia resolver a pendência da construção da ponte, sempre lembrada em seus encontros com os representantes brasileiros. Assim, segundo Lula,

Vamos poder desenvolver essas duas regiões com mais rapidez e com muito mais disposição. Estou convencido de que a construção da ponte será, para a história da França e para a história do Brasil, um passo extremamente importante, porque estabelece uma ligação direta, nos 700 quilômetros de fronteira, do Brasil com um dos países mais importantes da Europa e também liga um país da Europa com o mais importante país da América do Sul. Portanto, acho que juntou a fome com a vontade de comer, basta que tenhamos disposição de fazer essas coisas acontecerem. Acho que o passo que estamos dando é um passo extremamente importante (RPEB, 2005, n. 97, p. 431).

Desde o estabelecimento do Acordo-Quadro, já houve sete reuniões da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, a última realizada em outubro de 2011,

na cidade de Macapá, Amapá. A comissão, composta por representantes dos dois países, se reúne para discutir assuntos relacionados à integração, infraestrutura, migração, educação, cultura, meio ambiente, saúde e comércio, além de outros temas polêmicos, como o acordo de transporte rodoviário internacional, implantação do Centro de Cooperação Internacional, criação do consulado do Brasil em Saint-Georges, cédula de identidade única, visto, criação de escolas binacionais, turismo sexual, cooperação científica, cooperação entre áreas protegidas, exploração ilegal de ouro, funcionamento do comércio com a abertura da ponte, etc. (GOVERNO DO AMAPÁ, 2011, online).

A ponte binacional sobre o rio Oiapoque, que tem 378 metros de extensão, começou a ser erguida em 2009, contando com recursos proporcionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no montante aproximado de R\$ 62,1 milhões (BRASIL, 2010). Recentemente, a obra ficou pronta, faltando, para a inauguração, que sejam resolvidas algumas pendências burocráticas referentes às áreas de fronteira. O governador do Amapá, Camilo Capiberibe, afirma que está investindo para que o município de Oiapoque seja uma porta de entrada adequada, com infraestrutura básica e dentro do padrão. Nesse sentido, explica que a obra da estrada que dá acesso à ponte e à Guiana foi retomada e outras obras necessárias estão sendo finalizadas. De acordo com o governador, não basta que a ponte fique pronta sem que as demais questões de ligação entre os dois territórios estejam resolvidas (GOVERNO DO AMAPÁ, 2011, online). Ademais, hoje em dia, a cooperação transfronteiriça conhece um grande dinamismo, ao permitir que se encontrem respostas às preocupações de ambas as partes, unidas nos diferentes riscos das regiões de fronteira, como a imigração ilegal. Além disso, incentivam-se os intercâmbios humanos e comerciais e se busca desenvolver a economia da região amazonense (MUXAGATO, 2010, p. 3).

Percebe-se, assim, a importância atribuída à fronteira franco-brasileira em dois aspectos: tanto devido a seu valor simbólico, cujo significado mostra ser não somente esta a maior fronteira da França com outro país, mas também por se caracterizar pelo único elo concreto que liga a União Europeia ao Mercosul; quanto às possibilidades de cooperação e fortalecimento dos vínculos existentes entre Brasil e França, seja no âmbito cultural, econômico ou social, visto ser um grande projeto que visa, também, ao desenvolvimento da região do Amapá. A ponte binacional traduz, portanto, o sentimento de amizade franco-brasileira, que vem se fortalecendo e consolidando nos últimos anos. Basta que a cooperação na região da fronteira comum seja, de fato, posta em prática, não se tornando um mero mecanismo de promoção do desenvolvimento na retórica política.

Em outubro de 2001, o Presidente Cardoso foi convidado a discursar na Assembleia Nacional Francesa. As palavras do Presidente foram largamente elogiadas pelos deputados franceses, tanto os de esquerda quanto os de direita, que o aplaudiram de pé (UCHÔA, 2001). Ademais, este discurso é considerado um marco nas relações franco-brasileiras, por criticar a política norte-americana e ressaltar os valores iluministas (SILVA, A., 2008, p. 235). Nas palavras de Cardoso,

A França, sempre identificada com os valores universais, para mim se tornou também sinônimo de pluralismo, ideal que me é muito caro, como a todos os brasileiros, produto que somos da integração contínua e duradoura de diferentes culturas. Faço esta reminiscência em tom pessoal, mas sei de sua importância política. [...] Na onda dos atentados de 11 de setembro, o fanatismo dos terroristas parece encontrar eco no desejo nefasto de acirrar ânimos entre religiões ou culturas. Nós nos opomos tenazmente ao discurso de que existe um choque de civilizações: de um lado, o "Ocidente" judaico-cristão; de outro, a civilização muçulmana. [...] Neste começo de século, enfrentamos de novo a oposição entre barbárie e civilização. A barbárie não é somente a covardia do terrorismo, mas também a intolerância ou a imposição de políticas unilaterais em escala planetária (CARDOSO, 2001).

Também versou o Presidente sobre a possibilidade de associação entre Mercosul e União Europeia, mas, de acordo com Vigevani e Cepaluni, o governo FHC adotava uma postura cética em relação à possibilidade de maior abertura comercial, uma vez que compreendia as razões estruturais da União Europeia em matéria de protecionismo agrícola (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 320). Assim, em seu discurso, o Presidente também ressaltou isso claramente:

Em quaisquer circunstâncias, o Brasil buscará associar-se à União Europeia e conta com o apoio da França. Cumpra estar atento ao princípio da equidade. Aos ganhos de um lado deve corresponder o atendimento às expectativas do outro. O interesse básico do Mercosul é de maior acesso ao mercado agrícola comum e de poder competir em igualdade de condições em terceiros mercados. [...] Com efeito, devemos dar um sinal claro de que estamos dispostos a avançar rápido na construção de um acordo de livre comércio. Se acreditamos de fato no livre comércio, cabe ao Mercosul e à União Europeia a adoção de medidas efetivas contra o protecionismo. (CARDOSO, 2001).

As relações entre Brasil e França no decorrer da primeira década do novo século seguiriam a mesma linha dos anos passados. A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) à presidência brasileira deu sequência à política de aproximação com a República Francesa. O próprio Presidente Chirac enviou a Lula, quando de sua vitória eleitoral, correspondência congratulando-o e mostrando suas intenções de intensificar ainda mais a relação bilateral. De acordo com o Presidente francês,

As relações entre nossos dois países conheceram, sob o impulso conjunto do presidente Cardoso e de mim mesmo, desenvolvimento de uma notável intensidade.

No que me diz respeito, eu os quis e os conduzi com entusiasmo e determinação. É com o mesmo espírito que tenho a esperança de poder, muito em breve, encontrar-me pessoalmente com Vossa Excelência e ficaria muito feliz de recebê-lo em Paris, antes mesmo de sua posse, se isso for possível. Hoje mesmo, entretanto, quero lhe confirmar que darei a maior importância ao aprofundamento e à diversificação de nossas relações bilaterais (CHIRAC..., 2002).

Além disso, Chirac afirmou contar com Lula para consolidar a parceria entre Mercosul e União Europeia, bem como assegurou ao presidente que cuidaria pessoalmente para que Lula obtivesse da França todo o apoio que pudesse esperar daquele país (JACQUES..., 2002). Com efeito, esses esforços já apareceram no primeiro semestre de 2003, quando, em janeiro, logo depois de sua posse, Lula almoçou com Chirac após participar do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça e, em junho daquele ano, o Presidente brasileiro foi convidado pelo homólogo francês a participar da Cúpula do G-8, o grupo dos sete países mais ricos e poderosos do mundo mais a Rússia, em Evian, na França. Este fato, na verdade, foi recordado com emoção por Lula quando da visita de Chirac ao Brasil, em 2006. No brinde em homenagem ao francês, Lula lembrou o significado que teve, para ele e para o Brasil, o convite de Chirac para participação na reunião em Evian. De acordo com nosso Presidente, foi Chirac quem lhe deu a primeira chance de mostrar ao mundo o grande Brasil, que se respeitava e merecia ser respeitado pela comunidade internacional, no primeiro encontro com os mitos da política mundial enquanto presidente (RPEB, 2006, n. 98, p. 173-174).

Em julho de 2003, dando sequência aos trabalhos da Comissão Geral Franco-Brasileira, ocorreu sua terceira reunião em Paris, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Dominique de Villepin. Na Ata Final do encontro, as partes saudaram a aproximação nos últimos anos, os avanços obtidos na relação e dividiram suas visões acerca de temas contemporâneos. Ademais, as Comissões Temáticas que existem no âmbito da Comissão Geral permitiram às duas partes medir a qualidade e a densidade de suas relações bilaterais e fixar os novos objetivos, que os dois governos se comprometeram a perseguir no decurso dos anos seguintes (RPEB, 2003, n. 93, p. 274).

O Presidente Lula lançou, na reunião do G-8 ampliado, em Evian, a ideia de um programa de ação internacional de combate à fome e à pobreza, recebendo o amplo apoio e admiração de Chirac (JACQUES..., 2003). Posteriormente, em janeiro de 2004, quando os Presidentes brasileiro e francês se reuniram com o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e o Presidente chileno, Ricardo Lagos, ambos reiteraram a proposta, lançando, na ocasião, a Ação contra a Fome e a Pobreza, traduzida na Declaração de Genebra. Ademais, Lula e Chirac dividiam o interesse na manutenção do diálogo ampliado do G-8, de modo a

propiciar uma discussão profícua sobre as fontes capazes de financiar essas ações (RPEB, 2004, n. 94, p. 259-261). Da mesma forma, demonstrando a parceria junto ao Presidente Lula, o presidente francês participou, em agosto de 2004, da Reunião de Líderes Mundiais para promover a Ação contra a Fome e a Pobreza, em Nova York, iniciativa de seu colega brasileiro. Não obstante esses contatos, em fevereiro do mesmo ano, o Chanceler francês esteve no Brasil (RPEB, 2004, n. 94, p. 261) e, em maio, Lula e Chirac novamente tiveram um encontro cordial, desta vez em Guadalajara, no México, em razão da III Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia.

Um acontecimento que merece destaque nas relações entre Brasil e França durante os anos 2000 é, sem dúvida, a realização do *Ano do Brasil na França*, ou *Brésil, Brésils*. A França escolhe um país a cada ano para homenagear. O evento foi anunciado em 2001, quando da visita do Primeiro Ministro francês Lionel Jospin ao Brasil, e foi confirmado em janeiro de 2003, com a visita do Ministro da Cultura Brasileiro, Gilberto Gil, à França. Para sua efetivação, foi criada uma comissão mista e especializada, composta por brasileiros e franceses, para analisar e selecionar quais seriam as manifestações artísticas que fariam parte do evento (FIGUEIREDO, 2010, p. 19-20).

Brésil, Brésils tratou-se de um ciclo de eventos organizado conjuntamente pelos Governos brasileiro e francês, entre março e dezembro de 2005, no âmbito do programa de temporadas culturais estrangeiras realizadas pela França desde 1985. Contou com 333 projetos que se desdobraram em mais de 2.500 manifestações culturais inscritas na programação oficial (AMARAL, 2008, p. 11). Tais projetos, baseados na diversidade cultural brasileira, foram divididos em espetáculos, exposições e atividades culturais ligadas às artes plásticas e visuais, às artes cênicas, ao cinema, ao audiovisual, à música clássica e popular, além de seminários sobre temas acadêmicos, sociais e econômicos (BRASIL, 2005). De acordo com Ruy Amaral, “a disposição do Governo brasileiro de co-patrocinar iniciativa de tal envergadura é demonstração de que amadurece, no Brasil, a noção da importância da difusão cultural como instrumento valioso para ampliar a presença do país no cenário internacional” (AMARAL, 2008, p. 11).

No momento de grande dinamismo das relações França-Brasil, caracterizadas pela grande afinidade de visões sobre a agenda internacional, o Presidente Lula visitou Paris em julho de 2005, a convite do Presidente Chirac, durante a ocorrência do Ano do Brasil. Em encontro com o prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, Lula saudou o acontecimento, afirmando que “as centenas de manifestações de arte e de cultura sendo exibidas, a espontaneidade e o calor humano aproximam nossos povos e enriquecem as já excelentes relações entre Brasil e

França” (RPEB, 2005, n. 97, p. 29). Não obstante, o Presidente foi convidado de honra para assistir as comemorações da Data Nacional Francesa, 14 de julho, juntamente com Chirac. Nesta ocasião, Lula fez e recebeu elogios de seu homólogo francês, e afirmou que as relações entre as duas nações, depois do *Ano do Brasil na França*, seriam muito melhores, por se tratar o evento de um marco no relacionamento franco-brasileiro (‘TUDO..., 2005). Ademais, Lula pode assistir às homenagens dos franceses ao Ano do Brasil, na ocasião do desfile militar comemorativo na Avenida Champs Elysées. Isto porque desfilaram cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, a banda dos Fuzileiros Navais, a esquadrilha da fumaça e os aviões brasileiros Tucanos.

Mas a visita de Lula, ainda que inserida no contexto das comemorações do ano brasileiro, tinha uma forte conotação política. Foi neste encontro em Paris que o acordo para a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, mencionada anteriormente, foi efetivado. Ademais, Lula e Chirac celebraram um Acordo de Cooperação em Tecnologias Avançadas em 15 de julho. Nesse sentido, em janeiro de 2007, Lula promulgou o Acordo para Cooperação na Área da Aeronáutica Militar entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Francesa, que fazia parte do Acordo mencionado acima e, seis meses depois, em 19 de junho de 2007, os Ministros da Defesa do Brasil, Waldir Pires, e da França, Hervè Morin, assinaram em Paris uma declaração de intenções entre os dois países em matéria de defesa. Tratava-se de mais um passo rumo à oficialização de uma parceria estratégica (DEFESA BR, [2009]).

Além disso, Lula aproveitou a oportunidade para promover valores sempre presentes nos discursos brasileiros, como a questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no que já nessa época contava com a simpatia da França, bem como enaltecer a parceria do Presidente Chirac na sua luta contra a fome mundial e a convergência de pontos de vista entre as duas repúblicas (RPEB, 2005, n. 97, p. 38-40). Conforme Ruy Amaral,

Durante o desfile militar, foram distribuídas ao público e à imprensa publicações do Ministério da Defesa da França que assinalavam a excelência da cooperação militar transfronteiriça na região do Amapá e da Guiana Francesa e o apoio francês à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (AMARAL, 2008, p. 74).

Não obstante, o Presidente brasileiro deixava Paris entusiasmado com o futuro das relações franco-brasileiras, reflexo do bom momento que viviam. Segundo Lula,

Depois deste ano, no qual a França permite que o Brasil ocupe as suas esquinas, os seus teatros, as suas praças, as suas lojas, os seus jornais, as suas televisões, a relação entre França e Brasil, daqui para frente, será outra. Muito além do interesse do Presidente do Brasil e do Presidente da França, porque somos passageiros,

acredito que há uma consciência crescente no povo francês e no povo brasileiro de que poderemos fazer muito mais se acreditarmos mais nas nossas relações (RPEB, 2005, n. 97, p. 431).

De fato, o *Ano do Brasil na França* despertou um grande interesse nos franceses sobre o país sul-americano logo após seu fim. Segundo Isabella Araújo Figueiredo, o saldo final do evento foi bastante positivo, já que os objetivos fundamentais, que eram divulgar a cultura brasileira na França e estreitar as relações entre os dois países, foram atingidos (FIGUEIREDO, 2010, p. 25). Com efeito, alguns resultados evidentes logo após a realização do ano brasileiro corroboram esta afirmação. Na mídia francesa, a presença brasileira bateu recorde; milhares de artigos e documentários foram produzidos sobre o país; o número de inscritos nos cursos de português aumentou consideravelmente, bem como o interesse na literatura brasileira nos projetos de mestrado e doutorado, além do aumento da entrada de franceses em visita ao Brasil (AMARAL, 2008, p. 76-81). Deste modo, a diplomacia cultural confirmou-se como um grande vetor para o fortalecimento da visão francesa sobre o Brasil e o estreitamento dos vínculos entre aqueles dois povos, confirmando o excelente momento político vivido pelos dois países.

Na esteira dos frequentes encontros presidenciais, apenas dez meses transcorridos após a viagem de Lula a Paris, o Presidente Jacques Chirac novamente esteve no Brasil em maio de 2006. O Presidente chegou em Brasília acompanhado de diversos Ministros, parlamentares, representantes das áreas científica e universitária e de uma expressiva delegação de empresários, visando aprofundar o diálogo com o Brasil na vertente científico-tecnológica, que já vinha se fortalecendo desde a criação de grupos de trabalho nessa área em 2005 (RPEB, 2006, n. 98, p. 381). Na declaração conjunta emitida pelos Presidentes, percebe-se um comprometimento dos dois lados em temas diversos, elevando o diálogo político a uma parceria estratégica. Dentre temas que passam pela reforma da ONU e a cooperação transfronteiriça na região do Oiapoque, os dois líderes concluíram atos referentes a várias questões de interesse mútuo, visando ao fortalecimento da cooperação, através de consultas políticas entre os Chanceleres, intercâmbio de experiências dos corpos diplomáticos, promoção da inovação tecnológica, desenvolvimento da produção de biocombustíveis, etc. Além disso, concordaram pela realização do *Ano da França no Brasil* em 2009 (SILVA; CHIRAC, 2006). Ademais, os Ministros da Defesa, Waldir Pires e Michèle Alliot-Marie, deram um grande passo na cooperação na área de defesa, concluindo uma parceria entre a Embraer e a Dassault para abrir uma fábrica de fuselagem de helicópteros e investimentos para produção, no Brasil, de radares de longa distância (BRASIL, 2006).

Contudo, cumpre ressaltar que não apenas de cordialidade sobrevivem os encontros entre os Presidentes francês e brasileiro. Como é sabido, e o presente trabalho discute em seção posterior, há tempos o Brasil luta, no âmbito das negociações da OMC, por uma liberalização agrícola equitativa do comércio internacional, encontrando resistência em países como a França, que concede altos subsídios a seus agricultores. Nesse sentido, mais uma vez a questão foi discutida, sem avanços. Lula afirmou que mais concessões podiam ser feitas pela França, ao passo que Chirac garantiu que fez tudo o que podia ser feito. De acordo com Lula,

Todo mundo acha que fez o que podia fazer, que deu o que podia conceder. [...] O Brasil está disposto, junto com o G-20, a fazer as concessões possíveis para que haja um acordo. Os americanos têm que fazer suas concessões, porque o subsídio nos EUA é muito alto e cria um desequilíbrio no comércio agrícola no mundo, e a Europa pode fazer mais concessões de acesso a mercado (SCOLESE; DANTAS, 2006).

Em 2007, encerraram-se os anos Chirac na Presidência francesa. Como foi possível perceber, foi sobretudo com a ascensão desta figura que os laços diplomáticos entre Brasil e França se estreitaram e chegaram a um patamar sem precedentes. Chirac privilegiou a parceria com o Brasil desde os anos de Fernando Henrique Cardoso, porém foi no decorrer do Governo Lula que as relações se tornaram mais cordiais, com o firme apoio francês a iniciativas como o combate à fome e à pobreza, preconizadas pelo Presidente brasileiro, deixando arraigadas as bases para a maior cooperação futura. Como se verá, o sucessor francês, Nicolas Sarkozy, manteria o mesmo nível no relacionamento com o Brasil, conforme se esperava antes mesmo de sua eleição, reiterando o apoio à candidatura brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, sem, no entanto, afrouxar a postura com relação aos subsídios agrícolas (FERNANDES, 2007). No Planalto, a vitória de Sarkozy foi muito bem vista, conforme nota de Lula enviada ao novo líder francês:

Tenho a satisfação de transmitir a Vossa Excelência, em nome do Governo e povo brasileiros, e em meu próprio, meus calorosos cumprimentos pela vitória no pleito presidencial deste domingo. Antecipo minha firme disposição de trabalhar com Vossa Excelência para o fortalecimento dos laços históricos de amizade que unem o Brasil e a França, e ganharam notável impulso nos últimos anos, no quadro de nossa parceria estratégica. Queira aceitar meus sinceros votos de êxito na condução dos destinos da nação francesa (BRASIL, 2007).

Os primeiros encontros dos Presidentes Lula e Sarkozy se deram em encontros internacionais. Primeiro, na reunião do G-8, em junho de 2007, na Alemanha e, posteriormente, em setembro, na 62ª Assembleia Geral da ONU. Somente em fevereiro de 2008 os dois Presidentes fariam um encontro bilateral oficial, com a visita de Lula a Saint-

Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa, onde manteve encontro de trabalho com o Presidente francês. No comunicado conjunto emitido, Lula e Sarkozy deram muita ênfase à região em que se encontravam. Dessa forma, dentre outros pontos, como o apoio do Presidente francês à ampliação do G-8, através da incorporação de países emergentes como o Brasil, ambos reiteraram a importância da ponte de ligação entre a Guiana e o Amapá, símbolo da proximidade dos dois países. Também resolveram estreitar a cooperação ambiental na área de fronteira e aplicar ações conjuntas visando à manutenção da ordem pública naquela região, através de um centro de cooperação policial transfronteiriço para combater os crimes praticados na fronteira. Além disso, concordaram em continuar aproximando as Forças Armadas francesas situadas na Guiana Francesa e as Forças Armadas brasileiras situadas no Amapá (SILVA; SARKOZY, 2008).

Não obstante, os Presidentes saudaram a assinatura do Acordo relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e o Estatuto de suas Forças, firmado poucos dias antes, em 29 de janeiro, pelos Ministros da Defesa dos dois países (BRASIL, 2008). Tal acordo se deu quando da visita do Ministro Nelson Jobim a Paris para tratar das negociações acerca de uma futura aliança estratégica entre as forças militares dos dois países que previam a transferência de tecnologia francesa para a construção de submarinos nucleares de defesa e a produção de helicópteros no Brasil, além de acordos de cooperação para a capacitação de soldados. Na ocasião, os Ministros assinaram um acordo que garante a livre circulação de militares entre os dois países, o que não representou “nem mesmo um aperitivo do que esperamos em relação à parceria estratégica com o Brasil em termos econômicos, industriais, de transferência de tecnologias e na área militar”, de acordo com o Ministro francês da Defesa, Hervé Morin (FERNANDES, 2008). No encontro, Morin, afirmou que

Queremos que o Brasil seja o parceiro estratégico da França na América do Sul. E que a França seja o parceiro privilegiado do Brasil na Europa. [...] O Brasil será uma das grandes potências do século XXI. É com este país que desejamos firmar uma parceria estratégica de longo prazo (FERNANDES, 2008).

Além desses temas, Lula e Sarkozy, este último conhecido por sua retórica antiimigratória, debateram a questão da imigração ilegal na Guiana Francesa, que, devido à remuneração em euro, atrai muitos brasileiros que vivem na região do Amapá. Ademais, no tocante às negociações militares, Sarkozy anunciou não ver problema em transferir tecnologia ao Brasil, em um eventual negócio com os europeus nas compras dos submarinos franceses Scorpène e dos caças Rafale (BACOCINA, 2008). Mesmo sem fechar nenhum acordo na ocasião, o encontro bilateral serviu para lançar as bases da institucionalização da parceria

estratégica, que seria firmada na vinda do Presidente francês ao Brasil em dezembro de 2008. A França passava a ocupar um lugar privilegiado e de destaque dentre os parceiros do Brasil, não somente pelos últimos entendimentos sobre a questão militar-estratégica, mas também por tudo o que já vinham construindo juntos acerca da convergência em temas cruciais na agenda internacional.

Antes de passar à análise da parceria estratégica franco-brasileira, cabe fazer menção, ainda que este não seja o objetivo central do trabalho, ao comportamento das relações econômicas entre França e Brasil nos anos 2000. De acordo com um dossiê do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil,

Espera-se que o referido realinhamento político-estratégico-econômico venha a resultar em expressivo incremento dos negócios entre Brasil e França. De fato, as economias brasileira e francesa apresentam inúmeras interfaces nas quais a complementaridade de interesses e capacidades é muito evidente, inclusive no setor terciário. Até o momento, por circunstâncias várias, essa complementaridade não vem sendo plenamente aproveitada, haja vista o volume de comércio e investimentos Brasil-França, ainda que bastante expressivos, está muito aquém do potencial esperado entre economias tão grandes (BRASIL, [2009b], p. 2).

Com efeito, o Brasil, em 2009, era o primeiro parceiro comercial da França na América Latina e o quarto fora da OCDE e Maghreb, atrás da China, da Rússia e de Cingapura. Era o 24º cliente e 23º fornecedor do país europeu. Assim, a despeito dos progressos significativos em outras áreas, as trocas econômicas e comerciais ainda não estão à altura do potencial dos dois países (BUSTANI, 2010, p. 170). A França, por sua vez, é o oitavo fornecedor do Brasil, com 2,7% da fatia de mercado. Exporta bens de equipamento, como aviões, equipamentos para automóveis e preparações farmacêuticas e importa do Brasil sobretudo produtos agroalimentares, como óleos brutos de petróleo e bagaços e resíduos sólidos da extração de óleo de soja, mas também bens industriais (DROULERS; RAIMBERT, 2010, p. 181).

Em termos de investimento direto, no entanto, a França é a quarta parceira do Brasil no tangente a estoques, com uma fatia de mercado da ordem de 7%. Isto torna o Brasil o primeiro destino nos investimentos externos diretos da França entre os países emergentes. A participação francesa se dá, principalmente, nos setores de energia, telecomunicação, infraestrutura/transportes, serviços financeiros e agroalimentares, que são os principais setores receptores (DROULERS; RAIMBERT, 2010, p. 181). Não obstante, o crescimento das relações nos últimos anos é um bom presságio, visto que mais de 400 empresas francesas estão instaladas, atualmente, no Brasil, e os investimentos brasileiros na França têm demonstrado crescimento (BUSTANI, 2010, p. 170).

3.2 A consolidação da Parceria Estratégica

Brasil e França vinham tecendo um relacionamento bilateral de alto nível desde os anos 1990, com uma intensificação de contatos jamais dispensada anteriormente pelos Presidentes e Ministros de Estado das duas nações. Seguindo esta mesma linha, o Presidente Nicolas Sarkozy esteve no Brasil em dezembro de 2008 para consolidar a grande parceria de seu país com seu homólogo sul-americano. Enquanto Presidente do Conselho da União Europeia no período, Sarkozy também assumiu outros compromissos com o Brasil durante a visita, em decorrência da 2ª Cúpula União Europeia-Brasil, tendo como resultado um plano de ação conjunta que tratou de assuntos como a crise financeira mundial, as mudanças climáticas e as relações bilaterais entre Brasil e União Europeia, embora o texto não tenha fornecido maiores detalhes sobre como e quando cada política seria adotada (PEIXOTO, 2008b). Lula e Sarkozy concordaram que a Europa e o Brasil deveriam trabalhar juntos para sair da crise, e o líder brasileiro aproveitou a oportunidade para demandar melhor acesso do etanol brasileiro no mercado europeu, bem como um relaxamento da política de imigração da União Europeia (AU BRÉSIL..., 2008).

Antes da visita de Sarkozy, Lula, em entrevista à revista L'Express, já se mostrava bastante otimista com os resultados. De acordo com o Presidente brasileiro,

Na área de defesa nós temos muito interesse em ter parceria com a França, porque a França é o único país que se propõe a fazer conosco uma transferência de tecnologia. [...] Eu espero que a gente conclua tudo com a vinda do Sarkozy aqui [...]. Nós já começamos agora com o (*helicóptero*) Cougar. [...] Nós estamos interessados em aviões mais modernos que a França tem. [...] Nós temos interesse no submarino nuclear. E tudo isso nós estamos trabalhando com o Governo francês e com o Ministro da Defesa da França, para ver se a gente conclui um pacote em que a gente possa trabalhar em conjunto. Eu acho que seria importante para a França, importante para o Brasil. Eu acho que a França tem que olhar para o Brasil como um parceiro estratégico (RPEB, 2008, n. 103, p. 311-312).

Pouco antes de chegar ao Brasil, o Presidente francês, em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, falou da relação com o Brasil e sobre o novo impulso que seria dado, com sua visita, às relações bilaterais. Prometendo acordos nas mais diversas áreas de interesse entre os dois países, Sarkozy defendeu que

Essa parceria deve ser global, ou seja, compreender áreas de cooperação tanto no setor civil quanto no de defesa; ela deve ser autêntica, quer dizer, basear-se em projetos concretos; ela também deve ser equilibrada, o que significa dizer que nossos respectivos países extrairão grandes vantagens. Mas a nossa parceria, acima de tudo, é coerente no sentido de que a adesão do Brasil ao Conselho de Segurança como membro permanente ou a um G-8 ampliado, e a nossa cooperação nos setores civil e de defesa bastante estratégicos formam um todo. Não se trata de uma relação

de fornecedor a cliente; trata-se de uma relação entre parceiros, fundada no diálogo político e na transferência de experiência e tecnologia (SARKOZY..., 2008).

Com efeito, em 23 de dezembro de 2008, o Brasil assinou um acordo militar bilionário na área de defesa com a França. O acordo prevê a construção em parceria de quatro submarinos convencionais e um de propulsão nuclear e de 50 helicópteros, com transferência de tecnologia (GOMIDE; JUNIOR, 2008). Na esteira da modernização das Forças Armadas brasileiras, a França foi a escolhida para o negócio devido à aceitação de transferir tecnologia. Na ocasião, apenas o valor dos helicópteros foi confirmado (R\$ 5,9 bilhões), porém, em setembro de 2009, foi divulgado o valor total de R\$ 22,5 bilhões. Parte destes recursos deve ser direcionado a empresas francesas, que devem trabalhar em conjunto com as brasileiras. A previsão é de que os submarinos fiquem prontos dentro de vinte anos (PEIXOTO, 2008a). Ademais, o pagamento será financiado por um consórcio de bancos franceses liderados pelo francês BNP Paribas, com parcelamentos até 2029.

Três helicópteros, até o momento, já foram entregues. Porém, a previsão é de que os próximos sejam produzidos, com a transferência de tecnologia exigida, pela Helibras, associada ao grupo Eurocopter, empresa subsidiária do consórcio europeu EADS (European Aeronautic Defence and Space Company), que controla a Airbus, com participação acionária do Estado francês, sendo gradativamente nacionalizados até o helicóptero número 15, até julho de 2013. Os demais devem ficar prontos em 2017, iniciando, já em 2012, sua produção em território brasileiro (DEFESA BR, 2010).

Em outubro de 2011, o agora Ministro da Defesa do Governo Rousseff, Celso Amorim, esteve na França, onde pode visitar o estaleiro francês envolvido na construção do submarino brasileiro. A proa do primeiro submarino brasileiro, o S-BR, será fabricada na França e, após concluída, será transportada ao Brasil, para ser montada com as seções central e de popa no estaleiro que está sendo construído pela Itaguaí Construções Navais (ICN), empresa nova, fruto da parceria entre a francesa DCNS e construtora brasileira Odebrecht, criada justamente para viabilizar a fabricação dos submarinos brasileiros, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) da Marinha do Brasil. Este é o primeiro passo rumo à construção do submarino de propulsão nuclear brasileiro (SN-BR), que empregará um reator de projeto e fabricação nacional. A vantagem deste tipo de submarino é sua grande autonomia, desenvolvendo elevadas velocidades por longos períodos de navegação, o que aumenta sua mobilidade e permite a patrulha de áreas mais amplas no oceano. Cabe fazer menção ao fato de que, atualmente, apenas China, Estados Unidos,

França, Reino Unido e Rússia possuem a tecnologia necessária à fabricação dos submarinos de propulsão nuclear (DEFESANET, 2011c).

No comunicado conjunto à imprensa quando do acordo, Lula declarou que a capacidade militar de um país determina seu poder e faz com que os outros países o respeitem. Assim, para o Brasil, detentor da Amazônia, petróleo e de uma grande costa marítima, é essencial que este seja um setor forte. O conhecimento tecnológico provido pela França, de acordo com o Presidente, fará com o que o país se torne uma grande nação do ponto de vista militar, econômico e tecnológico. Portanto, nas palavras de Lula,

A França não está disposta apenas a vender seus aviões, seus navios, seus helicópteros. A França está disposta a construí-los conjuntamente, a montar a parceria no Brasil, a fazer transferência tecnológica, para que o Brasil se dote da indústria de defesa que um país da importância do Brasil no continente, da importância do Brasil no mundo, tenha. E isso eu tenho certeza que nós vamos construir e o Brasil será sempre grato ao governo francês pela compreensão de querer construir uma parceria e não apenas uma relação mercadológica entre dois países que querem comercializar (SILVA, L.,2008).

Segundo o Presidente francês, a escolha do país em assinar os acordos de transferência tecnológica pela França se deu com base na consciência de ajudar o Brasil a obter um *status* de potência militar a serviço da paz. Para Sarkozy,

O que faremos com os quatro submarinos Scorpène e com nossa colaboração tecnológica para construir os cascos dos futuros submarinos à propulsão nuclear brasileiros é uma decisão histórica. Pois nós pensamos, a França pensa, que um Brasil poderoso é um elemento de estabilidade para o mundo (FRANCE, 2008, tradução nossa).

Cabe lembrar que o Brasil já enriquecia urânio. Faltava à nação desenvolver pesquisas para a construção de um casco de submarino apto a suportar elevadas profundidades. Com esse acordo, portanto, torna-se possível a aquisição gradual de diversas tecnologias para a construção do submarino nuclear brasileiro (DEFESA BR, [2009]). Deste modo, os profissionais brasileiros vão adquirir qualificação e poderão a utilizar em diversos outros segmentos da indústria nacional.

Não obstante, foi também em 23 de dezembro que houve o desfecho de todos aqueles encontros a nível presidencial e ministerial, com a formalização da Parceria Estratégica franco-brasileira, através da adoção de um Plano de Ação, cujo texto identifica não apenas a concordância em serem parceiros na área de defesa, mas também a convergência de valores no plano internacional e outros focos de cooperação. Deste modo, fazem parte do texto o diálogo político e a governança mundial, a cooperação econômica, comercial, espacial, de energia nuclear, desenvolvimento sustentável, nos domínios educativo, linguístico, científico

e técnico, bem como outras áreas de cooperação, como a transfronteiriça, os temas migratórios e a cooperação em terceiros países, particularmente na África. Acordaram, ademais, que a implementação do Plano de Ação seria garantido por Grupos de Trabalho sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros e Europeus da França, a se reunir anualmente (BRASIL, 2008).

Além disso, o Chanceler brasileiro, Celso Amorim, realizou, em 2009, duas visitas à França para discutir assuntos de interesse mútuo, tanto bilaterais como multilaterais, e, sobretudo, sobre a crise financeira internacional, com seu homólogo francês, Bernard Kouchner (RPEB, 2009, n. 104). Não obstante, o Hexágono contou também com a presença de Lula naquele ano, em visita rápida, no início de abril, em reunião de preparação com Nicolas Sarkozy para a Cúpula do G-20, a ocorrer em dois de abril, em Londres, que buscava soluções para a crise. Os líderes de Brasil e França se mostravam afinados quanto à necessidade de uma maior regularização das instituições financeiras (FERNANDES, 2009). Lula e Sarkozy há tempos vinham defendendo a maior representatividade das grandes economias emergentes nas instituições internacionais e no enfrentamento dos desafios globais. Nesse sentido, lançaram a Aliança para Mudança, um artigo conjunto publicado na imprensa brasileira, francesa e internacional, antes da Cúpula do G-8 em Áquila, na Itália, em julho de 2009.

A 'Aliança' trata-se de um projeto no qual os líderes da França e do Brasil expõem ao mundo sua convergência sobre a necessidade de reforçar a governança global, e no que tange à reforma das instituições, sobretudo financeiras, tendo em vista que, à época, a crise financeira mundial acabava de ter início. Para Lula e Sarkozy, portanto, os países emergentes não são apenas importantes por representarem uma grande parcela do território e da população do planeta. Devem, sim, fazer parte das decisões multilaterais por representarem, cada vez mais, grande parte do consumo e da produção globais. Nesse sentido, Lula e Sarkozy afirmaram que

Os mecanismos atuais para a governança global são inadequados para lidar com o caráter sistêmico e a inter-relação dos diversos desafios que enfrentamos. A escala da crise econômica cria uma oportunidade única para que se comece a reformar amplamente as instituições internacionais. O Brasil e a França desejam oferecer ao mundo sua visão compartilhada de um novo multilateralismo adaptado ao mundo multipolar. Não podemos lidar com os problemas do século XXI com instituições internacionais que são legado do século XX. Junto com outros líderes mundiais, precisamos forjar uma "Aliança para Mudança", a fim de promover essa visão de uma ordem mundial mais democrática, fundada em maior solidariedade e justiça. Isso é o que os cidadãos do mundo esperam de nós. Somente assim estaremos à altura dos desafios do nosso século (SILVA; SARKOZY, 2009a).

Concomitantemente aos encontros, a França era parte da realidade brasileira no decorrer de 2009, quando, já a partir de abril, teve início o *Ano da França no Brasil*, ou França.Br2009. Inserido no contexto da parceria estratégica franco-brasileira, o Ano francês teve por objetivo renovar e aprofundar as históricas relações entre os dois países, tratando-se, da mesma forma que o *Ano do Brasil na França*, de um evento de grande porte e visibilidade nas relações França-Brasil, proporcionando aos franceses a capacidade de apresentar, nas diversas regiões brasileiras, as diferentes formas de sua cultura. O evento, que teve início em 21 de abril e encerrou-se em 15 de novembro, duas datas comemorativas brasileiras, contou com mais de 560 eventos realizados em 80 cidades do país. Por parte do governo brasileiro, foi investido aproximadamente R\$ 55 milhões; do lado francês, foram gastos aproximadamente 20 milhões de euros (BRASIL, 2009b).

O evento, que é resultado da cooperação entre agentes governamentais, setor privado, profissionais da cultura, artistas, intelectuais, pesquisadores, sociedade civil e mídia dos dois países, foi elaborado com base em três eixos: a *França moderna*, que deu ênfase à criação artística, à inovação tecnológica, à pesquisa científica, ao debate de ideias e ao dinamismo econômico; a *França diversa*, que apresentou a diversidade da sociedade francesa, regional e de saberes; e a *França aberta*, que enfatizou as parcerias franco-brasileiras, como também as parcerias possíveis com as demais regiões do mundo. No Brasil, o evento ficou a cargo do Ministério da Cultura e das Relações Exteriores, bem como na França, que atribuiu ao Ministério das Relações Exteriores e Europeias e da Cultura a organização (BRASIL, [2009a]).

De acordo com Maria Susana Arrosa Soares, o *Ano da França no Brasil* foi, além do Ano da Cultura, o Ano Econômico da França no Brasil. Isto porque teve como foco a ampliação das parcerias comerciais e foi promovido pela Ubifrance, instituição pública francesa voltada para o desenvolvimento internacional das empresas, e pela rede das Missões Econômicas da França, que, presentes nas Embaixadas da França, formam a rede mundial do Ministério da Economia, Indústria e Emprego. Tais instituições procuraram fomentar negócios e parcerias entre as empresas de ambas as nações, a partir de uma imagem da França mais moderna e inovadora. Ademais, para a França, atualmente, o Brasil é considerado o principal país emergente entre os mercados prioritários franceses, e o principal parceiro comercial na América Latina, além de recepcionar mais de 400 filiais de empresas francesas, sendo estes grandes motivos para o direcionamento, por parte do país europeu, deste conjunto de ações no campo comercial (SOARES, 2010, p. 41-42).

Durante o Fórum da Inovação França-Brasil, que encerrou as atividades do *Ano da França no Brasil*, o Presidente Lula, juntamente com o então Ministro da Cultura brasileiro, Juca Ferreira, fez um balanço positivo do França.Br, que buscou promover a diversidade cultural e a troca de experiências entre aqueles países. O Ministro afirmou que, tanto o *Ano do Brasil na França* quanto o *Ano da França no Brasil*, “contribuíram para a retomada de uma relação mais intensa, mais constante, mais profunda, modernizada em todas as áreas” (BRASIL, 2009a). Já Lula, sempre exaltando as boas relações com o país europeu, declarou estar certo de que

O diálogo entre a França e o Brasil é indispensável para o progresso das duas nações. Diálogo este que deve ir além das parcerias comerciais [...]. Quero ressaltar, porém, que esta aproximação é possível em virtude da afinidade que existe entre nossos povos. [...] Prova disso é o vigor do Ano do Brasil na França e, agora, o Ano da França no Brasil. [...] E, de 2007 pra cá, temos mais bolsistas estudando na França do que nos Estados Unidos. Este é um dado extremamente importante na preferência que o Brasil começa a ter pela França. Isso traduz a sinergia entre a França e o Brasil e a necessidade de dialogarmos cada vez mais (RPEB, 2009, n. 105, p. 154).

No decorrer das atrações, o Presidente Nicolas Sarkozy, convidado especial de Lula da Silva, esteve no Brasil para participar das comemorações do Sete de Setembro, a data nacional brasileira. Os Presidentes não apenas discutiram temas de cunho internacional recorrentes em seus encontros, como privilegiaram a parceria estratégica oficializada em 2008, fazendo um balanço de sua implementação. Não obstante, a visita teve como ponto culminante a assinatura dos contratos para a compra dos helicópteros Cougar (EC-725), dos submarinos convencionais (diesel-elétricos) e da tecnologia transferida pela França para a construção de um modelo de propulsão nuclear. Além disso, dentro do contexto da parceria franco-brasileira, o Presidente Lula declarou, na mesma ocasião, que abriu as negociações para adquirir 36 aviões de combate Rafale, da empresa francesa Dassault, o que elevaria em R\$ 10 bilhões a conta com os franceses. A declaração de Lula causou surpresa e até certo mal-estar com Aeronáutica brasileira, visto que esta não tinha, ainda, finalizado seu relatório avaliando os prós e os contras de cada modelo concorrente. A intenção de modernizar a Força Aérea Brasileira (FAB) já vinha desde 2001, mas foi sendo postergada e continua indefinida (BRASIL..., 2009).

Como se sabe, até a elaboração do presente trabalho, a escolha oficial do Brasil permanece em aberto. As negociações finais para a compra dos caças, dentro do Programa FX-2, se encontram entre a empresa sueca Saab, com o Gripen, e a norte-americana Boeing, com o F/A-18 (Super Hornet), mas a França teria sido a escolhida do Presidente Lula precipitadamente naquela ocasião devido à nova promessa de transferência de tecnologia e

por ter demonstrado a intenção de adquirir da brasileira Embraer dez aeronaves de transporte militar e reabastecimento aéreo KC-390 (CANTANHÊDE, 2009). Além disso, é possível perceber que a escolha de Lula foi prioritariamente política naquele momento, ao privilegiar o produto francês por ter com este país uma relação estratégica que vive um bom momento. Entretanto, compreende-se que as opiniões da Aeronáutica também devem ser levadas em consideração, por darem seu parecer técnico.

Cumprido mencionar que a notícia dos acordos com a França foi recebida com desconfiança pelos vizinhos sul-americanos brasileiros. Tal acordo, somado às palavras desejosas do Presidente Lula de compra dos aviões de combate, teve grande repercussão, por se tratar de um acordo histórico, cujos valores ultrapassam as compras de Venezuela e Colômbia, por exemplo, o que levou ao receio do início de uma corrida armamentista na região. Contudo, é importante se lembrar da orientação pacifista do Brasil, que, neste contexto, somente procura se firmar como potência emergente e não busca nada além de uma atualização necessária das Forças Armadas para proteger suas riquezas naturais (CARMO, 2009).

Recentemente, às margens da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2011, a Presidente Dilma Rousseff se reuniu com o Presidente Sarkozy, quando confirmou que as negociações para a compra dos caças estavam suspensas e, dependendo da intensidade da crise econômica global, seriam retomadas apenas em 2012 (DEFESANET, 2011c). No entanto, deve-se levar em consideração que os atuais caças brasileiros, os Mirage, estão esgotando sua capacidade, tornando sua substituição emergencial. De acordo com o Ministro da Defesa, Celso Amorim, os efeitos da crise serão levados em conta e, além disso, o Brasil levará em consideração os critérios econômicos no processo de renovação dos caças (DEFESANET, 2011a; 2011b). Nesse sentido, cabe fazer menção ao fato de que o caça francês é o mais oneroso dentre os concorrentes.

Afora as negociações acerca da aquisição dos caças pela FAB, as conversações franco-brasileiras se pautaram por diversos outros assuntos naquela oportunidade. Conforme mencionado, os Presidentes fizeram um balanço dos avanços desde que o Plano de Ação da Parceria Estratégica fora lançado. Concluíram que

O diálogo político mantido em todos os níveis nunca foi tão denso, e testemunha a convergência de visões sobre os grandes temas da agenda internacional, em particular sobre as causas da crise atual e os meios para sua superação, assim como o fortalecimento do multilateralismo, a preservação da paz e da segurança internacionais, o desarmamento e a não-proliferação, a conservação do meio ambiente, a luta contra a mudança do clima e a promoção do desenvolvimento sustentável e da justiça social (RPEB, 2009, n. 105, p. 306).

Convencidos de que a Parceria Estratégica deve dotar-se de objetivos definidos e concretos, e com perspectivas de longo prazo, os Presidentes não deixaram de observar as possibilidades de cooperação para o futuro. Igualmente, convergiram quanto aos progressos já obtidos em todas as áreas abarcadas no Plano de Ação, não deixando de enfatizar os excelentes e recentes avanços em matéria de defesa. Sarkozy reiterou a disposição da França em aprofundar a parceria tecnológica e operacional na área dos aviões de combate, garantindo a ampla transferência de tecnologia e de capacidades industriais. Não obstante,

A finalização dos contratos comerciais e de financiamento relativos, de um lado, ao desenvolvimento e à produção compartilhados de helicópteros de transporte do tipo EC-725 e, de outro lado, à cooperação em matéria de submarinos [...], constitui passo decisivo para a implementação efetiva de uma cooperação tecnológica inédita, inovadora e durável: pela primeira vez, engenheiros e técnicos brasileiros e franceses trabalharão juntos no desenvolvimento e na produção de equipamentos de defesa (RPEB, 2009, n. 105, p. 309-310).

O ano de 2009 se encerraria com mais uma grande amostra da cooperação em matéria de governança global entre o Planalto e o Hexágono. Em 14 de novembro, Lula se encontrou com Sarkozy em Paris para se coordenarem em matéria ambiental, que seria discutida na 15ª Conferência do Clima em Copenhague (COP-15), na Dinamarca, em dezembro. Como resultado, foi publicado um documento sobre a posição comum assumida por França e Brasil, na qual ambos mostravam-se esperançosos em fazer a ligação entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento nas negociações. Dessa forma, o valor simbólico deste documento franco-brasileiro é bastante alto e faz com que as perspectivas de cooperação bilateral sejam ainda mais promissoras nas demais questões em que Brasil e França convergem (BUSTANI, 2010, p. 169). No documento, ademais, os Presidentes mostram-se convictos de que a mudança do clima é um dos desafios mais prementes a ser enfrentados na atualidade, requerendo uma resposta global imediata, guiada pela justiça e equidade (SILVA; SARKOZY, 2009b). Lula assim definiu a iniciativa franco-brasileira:

A verdade é que Brasil e França sempre foram muito parceiros, sempre se gostaram muito [...]. Mas nós nunca levamos muito a sério a relação entre o Estado francês e o Estado brasileiro. E o Presidente Sarkozy, ao tomar posse, deu um passo gigantesco para consolidar essa que era uma boa amizade política, cultural, em uma relação profissional entre o Estado francês e o Estado brasileiro. Ou seja, além de sermos amigos, nós precisamos ter um pensamento estratégico para os próximos 50, 100 (*anos*), ou quem sabe, para o século XXI inteiro. [...] Por isso eu queria dizer, Presidente Sarkozy, da minha alegria profunda de o Brasil e a França terem chegado a este acordo. Isto aqui é um marco histórico na relação entre os dois países e é um sinal histórico de que França e Brasil não estão brincando quando discutem a questão (RPEB, 2009, n. 105, p. 159-161).

Ademais, logo em seguida, em 26 de novembro, os Presidentes voltaram a se encontrar, a convite do líder brasileiro, na capital do estado do Amazonas, Manaus, onde teve lugar uma reunião dos Estados signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). O objetivo de Lula e Sarkozy era convencer esses países a se reunirem em torno de sua posição conjunta para a COP-15. A França, que não é signatária do acordo, apesar de seu território ultramarino englobar parte da Amazônia, participou do evento com o intuito de demonstrar, mais uma vez, as afinidades com o Brasil em matéria ambiental e sua preocupação com a Floresta Amazônica e o aquecimento climático (CLIMAT..., 2009). Na Declaração de Manaus, este fato foi lembrado, quando os países da região amazônica saudaram a iniciativa por busca de soluções definitivas para o problema da mudança climática (RPEB, 2009, n. 105, p. 399).

Portanto, a aproximação franco-brasileira dos últimos anos, que culminou em uma parceria estratégica, não é estratégica somente em termos de defesa, como os contratos bilionários nesse setor podem fazer crer. Há diversos outros pontos em que Brasil e França, e sobretudo Lula e Sarkozy, convergem. Assim, podemos retomar, aqui, o conceito de ‘parceria estratégica’ elencado na introdução do presente trabalho, complementando-o ao lembrar que este se caracteriza por uma vontade política particular de dois Estados de se considerarem mutuamente como dois parceiros de primeira importância. É certo que a França, bem como o Brasil, possui outros parceiros estratégicos. Mas o que se quer ressaltar é que a aproximação entre os dois países não visa apenas ao domínio militar, mas a muitos outros, principalmente econômicos e políticos, que respondem, no caso brasileiro, às suas ambições e preocupações em escala planetária, regional e nacional (MUXAGATO, 2010, p. 2).

O Embaixador do Brasil na França, José Maurício Bustani, divide as mesmas opiniões. Para ele, o Brasil vê a França, atualmente, como um parceiro estratégico excepcional, sendo a associação no domínio da defesa uma das facetas mais visíveis da nova relação entre os dois países, tendo em vista, também, os encontros regulares entre os Chanceleres e os Ministros da Defesa dos dois países. Da mesma forma, a França é um aliado privilegiado do Brasil nas questões internacionais essenciais, ao dividir a visão brasileira de uma reforma nas instituições multilaterais. Não obstante, ele acredita que, no contexto da parceria estratégica franco-brasileira, ambas as nações serão determinantes para a retomada e a conclusão das negociações entre Mercosul e União Europeia. “O Brasil e a França possuem uma responsabilidade particular no avanço das concessões necessárias, de uma parte e de outra, para chegar a um acordo equilibrado e vantajoso para cada uma das duas regiões” (BUSTANI, 2010, p. 170, tradução nossa).

3.3 Convergências e divergências no cenário internacional

Até agora, foi feita uma análise da evolução dos contatos franco-brasileiros, procurando demonstrar que, a partir dos anos 1990, os dois países passaram a se reconhecer, de fato, como parceiros. Como se viu, esse reconhecimento não se deu apenas em questões culturais ou econômicas. E muito além da aproximação política, com a intensificação das visitas de Estado, Brasil e França passaram a dividir uma visão comum acerca de determinados assuntos internacionais cruciais, sendo este fato tanto causa quanto consequência deste notável progresso nas relações França-Brasil. Deste modo, ambos os Estados, já nos anos 2000, passaram a se posicionar conjuntamente sobre aquilo que defendiam. Nesta parte do trabalho, é feita uma análise das políticas externas francesa e brasileira, procurando mostrar que ambas dividem as mesmas opiniões sobre a reforma das instituições multilaterais de modo geral, utilizando, a título de exemplo, o Conselho de Segurança da ONU.

A despeito de todos os motivos que as aproximam, no entanto, existe, além de determinadas questões pontuais e eventuais que acabam por suscitar reações adversas em Brasília e Paris, como o recente caso do programa nuclear iraniano, um grande motivo que constitui ponto de divergência entre os dois governos há anos, que é a posição concorrente nas negociações da OMC. O fato é que a existência da Política Agrícola Comum (PAC) e seus mecanismos na União Europeia acaba prejudicando os produtos brasileiros naquele mercado, e a França, neste sentido, é uma das mais ferrenhas defensoras do sistema de concessão de subsídios agrícolas a seus nacionais, emperrando as negociações para a liberalização plena do comércio internacional. Não obstante, esta questão também obstaculiza a conclusão do acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia, haja vista serem Brasil e França dois grandes protagonistas em seus respectivos blocos de integração.

3.3.1 A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A reforma do Conselho de Segurança da ONU é matéria perseguida, há tempos, pela diplomacia brasileira. Já durante o Governo Itamar Franco (1992-1994), o Brasil deu início à busca por um assento permanente no Conselho, com a formalização de sua candidatura pelo então Embaixador brasileiro nas Nações Unidas, Celso Amorim. Nos anos FHC, houve continuidade a esta busca, embora com menos assertividade, dado que o Presidente optou por

dar maior atenção aos temas econômicos do que aos estritamente políticos, ao buscar dar mais ênfase à participação do Brasil nos fóruns econômicos internacionais (JORGE, MARTINS; CORDEIRO, 2006, p. 35-38). Foi, sobretudo, no decorrer dos anos Lula da Silva que a pretensão brasileira se mostrou mais expressiva, com a projeção internacional adquirida pelo Presidente e através do aumento da participação brasileira na própria ONU, com a coordenação das tropas da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti, a MINUSTAH (VIZENTINI; SILVA, 2010, p. 83). Mais recentemente, buscou a mediação entre o Irã e o Ocidente, devido às desconfianças ocidentais quanto ao programa nuclear iraniano, e entre árabes e israelenses por causa dos conflitos no Oriente Médio (CERVO, 2010, p. 47).

Os membros que possuem assento permanente e poder de veto no Conselho de Segurança foram designados para tal quando da criação da ONU, no final da Segunda Guerra Mundial. O que alegam os países com grande projeção internacional atualmente é que aquela distribuição de poder não corresponde à atual, de modo que a ONU deve ser expandida para que possa se adequar à configuração política do século XXI. O advento da Guerra do Iraque, iniciada pelos Estados Unidos mesmo após a não aprovação pelo Conselho de Segurança, deu mais uma prova de que a organização estava se tornando desmoralizada, fazendo com que muitos países identificassem a urgência na reforma como meio de estabelecer uma ordem multipolar e multilateral, ao invés de uma nova hegemonia (VIZENTINI; SILVA, 2010, p. 81). Ademais, o espaço político importante que o Brasil foi adquirindo durante o Governo Lula teve impacto considerável na comunidade internacional, e sua aspiração a membro permanente no Conselho angariou expressões positivas de outros membros, como a própria França, mas também a China e o Reino Unido (VIZENTINI; SILVA, 2010, p. 82).

Cabe constar que o Conselho, atualmente composto por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China) e dez membros não permanentes e rotativos eleitos por dois anos, teve uma única alteração, em 1963, com a criação de quatro novos assentos não permanentes. Para que uma nova reforma seja efetuada, é necessária a aprovação de pelo menos dois terços dos Estados membros da ONU e de todos os membros permanentes, que possuem poder de veto (FRANCE, 2011). É, portanto, um processo que necessita da aprovação de um grande número de Estados.

No Brasil, já em seu discurso de posse na Presidência brasileira, Lula abordou a temática do Conselho, demonstrando as diretrizes que seriam seguidas por sua política externa.

A democratização das relações internacionais, sem hegemonias de qualquer espécie, é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. [...] Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea, com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes (RPEB, 2003, n. 92, p. 19).

Desta forma, para a política externa brasileira, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como a revitalização da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), é dada como imprescindível, pois “as instituições internacionais mostram-se cada vez menos capazes de superar os graves desafios do mundo atual, em razão do progressivo déficit de representatividade e de coerência do sistema multilateral” (BRASIL, MRE, online). Assim, o Conselho de Segurança é composto pelos membros que eram poderosos em 1945, não considerando as profundas transformações na ordem mundial desde aquela época e refletindo, desta forma, “a realidade de um mundo que não é o de hoje, em que países em desenvolvimento desempenham papel mais relevante nas questões econômicas e políticas internacionais” (BRASIL, MRE, online).

Ainda de acordo com o Itamaraty,

Um Conselho de Segurança mais representativo contribuirá de forma mais eficaz para uma ordem mundial mais justa e segura. Ao incluir novos atores, seu processo decisório será mais legítimo e poderá contribuir com mais vigor para a resolução dos conflitos e das crises que afligem o mundo (BRASIL, MRE, online).

Não obstante, o Itamaraty acredita que o Brasil tenha a capacidade e todas as credenciais necessárias para ser membro permanente, visto que contribui de forma contínua para a manutenção da paz e da segurança internacionais, responsabilidades atribuídas ao Conselho. Neste sentido, o discurso da Presidente Dilma Rousseff recentemente, na abertura da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas resume, de forma geral, as visões e motivos do Brasil para lutar pela reforma e sua inclusão permanente no Conselho.

Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões. E a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma (ROUSSEFF, 2011).

Ademais, lembrando-se que faz 18 anos desde que o debate em torno da reforma teve início no âmbito da ONU, a Presidente seguiu falando da urgência em fazê-la, reiterando que “o mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea; um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não permanentes,

em especial representantes dos países em desenvolvimento” (ROUSSEFF, 2011). Igualmente, defendeu a candidatura de seu país, mencionando que

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso de energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela (ROUSSEFF, 2011).

Seguindo as diretrizes da política externa brasileira, a política francesa também defende a ampliação da representatividade nos organismos de governança global, sobretudo no Conselho de Segurança da ONU. A França está profundamente envolvida neste processo de reforma justamente devido a suas responsabilidades especiais como membro permanente do Conselho desde 1945. O país europeu acredita que o organismo deve se manter representativo; deste modo, de forma a se adaptar às mudanças que ocorreram desde sua criação, a França apoia a reforma proposta pelo G-4, grupo composto por Brasil, Alemanha, Índia e Japão, que anseia pela extensão dos membros permanentes (BERMANN, 2008).

A posição da França no tocante à reforma do Conselho encontra-se no seio da defesa da reforma das instituições internacionais como um todo, o que demanda um comprometimento político dos Estados membros. Desta forma, a França deseja que o Conselho de Segurança se adapte às realidades do novo século, permanecendo o órgão responsável pelas decisões que envolvem a manutenção da paz e da segurança internacionais, garantindo a ação rápida e efetiva da Organização conforme a Carta das Nações Unidas coloca. Não obstante, o Conselho deve melhor representar o mundo atual, mantendo-se capaz de tomar as medidas necessárias para confrontar os desafios securitários do século XXI. Neste sentido, a França é favorável à expansão tanto dos assentos permanentes quanto dos não permanentes, de modo que sua composição leve em consideração a emergência de novas forças dispostas e capazes de assumir responsabilidades significantes (FRANCE, 2011). Contudo, cabe ressaltar que não é exclusividade do Brasil, enquanto aspirante, receber o apoio francês. A França sustenta as posições do G-4 como um todo, além de defender uma maior presença dos países africanos e árabes dentre os membros permanentes.

Sabendo da dificuldade de se chegar a um consenso diante de diferentes posturas e propostas a uma eventual reforma, a França, juntamente com o Reino Unido, propôs avançar sobre este impasse através de uma solução intermediária em 2008. Sugerem uma nova categoria de assentos, com um prazo maior de duração do que possuem os atuais eleitos. Após

completado este período intermediário, propõe-se fazer uma revisão a fim de converter estes novos assentos em permanentes. No texto conjunto, França e Reino Unido reiteram a defesa da inclusão de Alemanha, Brasil, Índia e Japão, além de um ou dois Estados africanos. Tal proposta, se aprovada, permite que sejam testados os parâmetros para a reforma do Conselho de Segurança. Até o momento, contudo, as posições dos Estados membros são muito distantes nas principais questões que envolvem a reforma, divergindo quanto aos nomes dos novos membros, direito de veto, etc., de modo que a solução vá sendo postergada (FRANCE, 2011).

É possível perceber, portanto, que as visões de França e Brasil são as mesmas no que tange à reforma da ONU. Na verdade, não apenas referente a esta organização, pois os dois dividem as mesmas expectativas quanto ao alargamento de todas as instituições internacionais multilaterais, no sentido de passar a incorporar os países em desenvolvimento em suas instâncias de decisões. Desta forma, os fortes laços de amizade que envolvem Brasil e França repousam sobre valores que ambos dividem: promoção dos princípios democráticos e dos direitos humanos, fortalecimento do direito internacional e do multilateralismo, promoção do desenvolvimento e respeito à justiça social, preservação da paz e da segurança, comprometimento quanto à não proliferação das armas de destruição em massa e ao desarmamento, assim como proteção do meio ambiente e da diversidade cultural (FRANCE, 2010).

Nas diversas oportunidades em que se encontraram no decorrer da última década, os Presidentes de Brasil e França reiteraram a defesa do tratamento multilateral aos grandes desafios internacionais. Ilustra este fato a declaração conjunta de Lula e Chirac quando da visita deste ao Brasil em 25 de maio de 2006.

[...] os dois Presidentes reafirmaram a necessidade de se completar, no mais breve prazo, o processo de reforma da Organização das Nações Unidas com o intuito de torna-la mais apta a enfrentar os desafios mundiais. O Brasil e a França se comprometem a trabalhar juntos por uma reforma capaz de refletir as aspirações da comunidade internacional por um Conselho de Segurança mais representativo e eficaz. O Presidente da República Francesa reafirmou o firme apoio da França à candidatura do Brasil a uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança (SILVA; CHIRAC, 2006).

Na mesma linha, o Presidente Lula, em diversas oportunidades, saudou a grande afinidade de visões internacionais das duas nações, como no discurso proferido em Paris, em 2005, na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”.

Brasil e França compartilham a visão de que é preciso revitalizar o multilateralismo. Encontramo-nos diante de uma oportunidade histórica para dar vida nova aos instrumentos coletivos de que dispomos. Sem o multilateralismo, estaremos

condenados à instabilidade crônica e aos riscos de uma escalada da violência no plano global. A tarefa mais imediata é concluir, com êxito, uma reforma corajosa das Nações Unidas, uma reforma voltada para o futuro (RPEB, 2005, n. 97, p. 39).

Igualmente, a política externa de Sarkozy se engajou na reforma da ONU, bastando o discurso na 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2009, dentre tantos já proferidos sobre esta questão pelo atual Presidente francês para compreender a firme postura adotada pela França. Para Sarkozy, a ONU estaria perdendo legitimidade e somente com a reforma ela poderia ser recuperada. Caso a organização decida-se pelo imobilismo, segundo o francês, as grandes decisões passarão a ser tomadas fora de seu âmbito.

Agora, todos nós sabemos a quais catástrofes pode nos conduzir nossa obstinação ao tentar regular os problemas do século XXI com os instrumentos e ideias do século XX. [...] Sabemos o que nos resta fazer: ampliar o círculo dos membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança. Falo em nome da França, é inaceitável que o continente africano não tenha um único membro permanente [...], é inaceitável porque é injusto. É inaceitável que o continente sul-americano com esta grande potência que é o Brasil, que a Índia com seu bilhão de habitantes, ou ainda o Japão ou a Alemanha sejam excluídos dos membros permanentes do Conselho de Segurança (SARKOZY, 2009, tradução nossa).

3.3.2 Divergências na esfera comercial

Apesar dos grandes avanços políticos e da convergência de valores no quadro internacional, Brasil e França assumem posições que se chocam na esfera comercial e, sobretudo, agrícola. Deste modo, o relacionamento franco-brasileiro deve ser considerado tendo em vista a posição que cada um ocupa na ordem mundial, sendo a França um país desenvolvido e o Brasil, em vias de desenvolvimento. É natural, assim, que existam questões de difícil resolução, as quais, somadas a outros fatores, acabam por emperrar as negociações no âmbito da Rodada Doha da OMC, que busca a liberalização mundial do comércio e foi iniciada em novembro de 2001. Negociações paralelas para o estabelecimento de um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia foram também iniciadas, porém um grande obstáculo para o fechamento do acordo é também a resistência do setor agrícola europeu, sobretudo na França, país que recebe a maior quantidade dos subsídios à agricultura dentre os membros da União.

A Política Agrícola Comum (PAC) surgiu nos anos 1950 na Europa Ocidental, num período de sociedades devastadas pela guerra e inseguras quanto ao fornecimento dos produtos alimentares. A finalidade desta política era ajudar a aumentar a produtividade

agrícola, para que os consumidores pudessem contar com produtos alimentares acessíveis e para assegurar a viabilidade do setor agrícola da União Europeia. Neste sentido, a PAC passou a atribuir subsídios e criar formas de assegurar preços elevados aos agricultores, concedendo incentivos para que eles aumentassem os níveis de produção (EUROPA, online). Os objetivos da PAC, descritos do artigo 39 do Tratado de Roma, que constitui a Comunidade Econômica Europeia (CEE), compreendem aumentar a produtividade por meio do progresso técnico, do desenvolvimento racional da produção e a melhor utilização dos fatores de produção; garantir um nível de vida adequado à população rural; estabilizar os mercados; assegurar o abastecimento e assegurar preços acessíveis aos consumidores (CARISIO, 2006, p. 35).

Antes de 1992, quando houve a primeira reforma da PAC, a maioria de seu orçamento era designada a sustentar os preços, na medida em que os agricultores tinham garantias de um preço mínimo às suas safras, e quanto mais produziam, mais subsídios recebiam, ou seja, seu rendimento era dado de acordo com seu desempenho. Contudo, em 1992, a União Europeia passou a dismantlar este sistema do preço, visto que estava gerando grandes excedentes de produção, compensando os agricultores através de pagamento direto, isto é, não mais os relacionando aos níveis de produção, e, posteriormente, em 1995, começou a deslocar ajuda ao desenvolvimento rural, para tornar os produtores mais competitivos através da diversificação da economia rural. Nos anos 2000, novas reformas propuseram o deslocamento dos subsídios dos níveis de produção a pagamentos visando à segurança alimentar, bem-estar dos animais e padrões ambientais. Não obstante, em 2006, uma reforma no regime do açúcar, a partir da demanda de países em desenvolvimento que queriam exportar à Europa, fez com que as garantias de preço deste produto fossem cortadas em 36% (Q&A..., 2008).

De acordo com Maria Clara Carisio, a França é a maior defensora do protecionismo agrícola, e isto advém de séculos atrás. Ainda, durante e após a Segunda Guerra Mundial, quando os esforços dos países estavam voltados para a maximização da produção de alimentos,

Mais do que nunca, a intervenção sobre os preços, o protecionismo agrícola e os subsídios à exportação eram defendidos pelas autoridades francesas como o caminho ideal para aumentar a produção doméstica, reduzir as importações de grãos (pagas em dólares cada vez mais escassos), reconstruir a infraestrutura rural, garantir a segurança alimentar, preservar a identidade nacional, e estimular a demanda por produtos industrializados (CARISIO, 2006, p. 23).

Não obstante, nas negociações para a criação do Mercado Comum Europeu, foi a própria França que insistiu em um sistema de subsídios agrícolas como condição para sua

aceitação ao livre comércio de bens industriais. Ademais, a França é o país que mais se beneficia dos fundos da PAC, bem como é maior produtor agrícola da região, sendo que, em 2006, contou com 20% do montante arrecadado no ano com esta política (Q&A..., 2008). Tendo em vista as características do funcionamento da PAC, depreende-se a importância que tal política possui para o Governo francês e a sua resistência em aceitar maiores concessões agrícolas nas rodadas da OMC.

Com relação ao Brasil, de acordo com Amado Cervo, no século XXI, a política externa brasileira passou a operar através do multilateralismo recíproco, e esta reciprocidade somente pode ser garantida em todas as esferas da ordem internacional – econômica, comercial, securitária, meio ambiente, saúde e direitos humanos – a partir do momento em que as regras da ordem multilateral beneficiarem a todas as nações (CERVO, 2010, p. 41). Ademais, a partir de 2003, com a formação do chamado G-20 comercial, durante as preparações para a Conferência de Cancún, o Brasil angariou mais poder para demandar reciprocidade nas relações internacionais, visto que este grupo é composto por países emergentes dispostos a impedir a aceitação de resultados pré-determinados pelas potências do norte nas negociações comerciais multilaterais, de modo a fazer ouvir suas demandas nessas negociações (CERVO, 2010, p. 45).

Na mesma linha, Marcelo Fernandes de Oliveira considera que

A articulação do G-20 na Conferência de Cancún parece ter garantido um novo papel aos países em desenvolvimento nas discussões sobre a liberalização do comércio internacional, especificamente o agrícola: o papel de serem uma ameaça de veto unificada e principalmente qualificada ao desempenhar um papel pró-ativo à solução da problemática. Isso porque representou uma aliança de países de três continentes, a qual abriga 60% da população rural, 12% da população agrícola, 26% das exportações e 18% das importações mundiais. Constituem os mais dinâmicos produtores e os mercados agrícolas mais promissores (OLIVEIRA, 2005, p. 9).

O intuito dessas ponderações é demonstrar que a diplomacia brasileira vem assumindo grande ativismo no âmbito da OMC, liderando um movimento que visa a buscar uma voz ativa dos países em desenvolvimento nas negociações comerciais internacionais. O Brasil, que ainda não modificou substancialmente sua condição de país exportador de bens primários, orienta-se basicamente por dois objetivos nessas negociações, que são assegurar a liberalização do mercado agrícola e o fim dos subsídios agrícolas na Europa e nos Estados Unidos e se recusar a fazer concessões no que tange aos manufaturados enquanto esta injustiça não é retificada. Isto significa estabelecer a reciprocidade dos benefícios comerciais entre os países emergentes e os ricos (CERVO, 2010, p. 45). Cabe explicar que tais subsídios tornam desleal a concorrência com os produtos agrícolas das nações industrializadas e são

nocivos ao livre comércio por fazerem com que os preços internacionais das commodities fiquem abaixo de seu valor real, num patamar inferior ao que seria justo para remunerar os produtores que buscam lucro, como é o caso dos produtores em países em desenvolvimento. Assim, os subsídios, além de fortalecerem artificialmente os produtores europeus e americanos, diminuindo as chances de exportação para esses mercados, acabam dificultando as vendas dos países agrícolas para outros países.

Nesse sentido, compreende-se que as posições assumidas pelo Brasil, enquanto país emergente e potência agrícola, que demonstra postura firme em favor dos demais países em desenvolvimento, e as posições defendidas pela França desde muitos anos, e que estão, portanto, arraigadas em sua política, são confrontantes. Suas vozes se fazem ouvir e colaboram para que os acordos de liberalização comercial que estão em negociação não se efetivem. O fato é que a política protecionista europeia, calcada na defesa irrestrita da França, suscita reivindicações legítimas por parte do Brasil, que mesmo durante a era Cardoso, mas mais fortemente ainda no decorrer dos anos Lula, buscou se posicionar a favor da reciprocidade e equidade nas regras regentes do comércio internacional. Além disso, convém lembrar que os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos e a União Europeia, também reclamam posturas mais flexíveis por parte dos grandes países emergentes, como o Brasil, no que tange aos cortes das tarifas de importação industrial, em contrapartida às reduções de subsídios e tarifas agrícolas nos países ricos.

É visível o descontentamento do governo FHC em diversos discursos com relação ao protecionismo agrícola quando se referia à liberalização comercial, tanto no âmbito da OMC quanto do possível acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. Nesse sentido, em discurso proferido em Johannesburgo, em setembro de 2002, por ocasião da Conferência da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Cardoso aproveitou o momento para clamar pelo fim dos mecanismos protecionistas que acabam por impedir o avanço econômico dos países em desenvolvimento. De acordo com o então Presidente,

O desenvolvimento não é sustentável se é injusto, se há limitações impostas por uma globalização assimétrica. Em nossa luta contra a pobreza, é essencial o fim dos subsídios agrícolas e de todas as barreiras alfandegárias e não alfandegárias (FHC..., 2002).

Do mesmo modo, também FHC defendeu que

É mais do que hora de avançarmos na regulação política da economia mundial, não apenas para dominar a instabilidade dos mercados, mas para democratizar os ganhos da globalização. Isto implica atualização das regras que balizam o comércio entre os Estados, uma atualização que persiga maior equidade, mais justiça. É de todo iníqua a continuada persistência de obstáculos a que o mundo em desenvolvimento tenha

acesso aos mercados europeu e norte-americano. Tenho em mente as barreiras tarifárias, mas, sobretudo, o leque inesgotável de óbices não-tarifários, incluindo os subsídios, os quais, não bastasse a frequência com que deles lançam mão as economias afluentes, são regidos pela OMC de maneira desfavorável aos países mais pobres. A menos que saibamos evoluir para um cenário menos hostil aos interesses da maioria, isto tanto no plano global, como nos acordos regionais, a globalização, em vez de promover, inibirá o desenvolvimento (RPEB, 2002, n. 90, p. 84-85).

O modo como o protecionismo nas relações comerciais internacionais seria tratado nos anos Lula pode ser percebido já no discurso do Presidente quando de sua posse, ao tratar das diretrizes gerais de sua política externa. Disse Lula que

Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Europeia e na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação de subsídios e tratará de obter regras comerciais mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas (RPEB, 2003, n. 92, p. 17-18).

Como se sabe, Lula da Silva buscou a resolução dos conflitos existentes entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento em matéria comercial e, sabendo da dificuldade de convencimento da França para avançar nas discussões, apelou para a amizade com o homólogo francês para tentar uma solução. Em 2006, após a retomada das negociações da OMC, Lula declarou que esperava que Chirac cedesse um pouco para favorecer um acordo comercial mundial (WASSERMANN, 2006). Contudo, diversas vezes o Presidente francês atribuiu o impasse das negociações à política agrícola estadunidense, pois a Europa afirma que somente buscará acabar com os subsídios se os Estados Unidos adotarem as mesmas medidas (FERNANDES, 2005).

Com Sarkozy, por sua vez, Lula tentou em algumas oportunidades, aproveitando a relação afinada com o Presidente francês, convencê-lo das vantagens em um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, discutido há mais de dez anos. Segundo Lula, durante a IV Cúpula Mercosul-União Europeia, em 2010, “como o companheiro que tem dado mais trabalho é um grande amigo meu, que é o presidente Sarkozy, eu tenho a responsabilidade de tentar convencê-lo a flexibilizar o coração dos franceses e a gente fazer um acordo antes de eu terminar a Presidência” (PEIXOTO, 2010). No entanto, seja nas negociações entre os dois blocos econômicos, seja nas globais, uma vez que o tema de discussão é o mesmo, o fato é que a França tem sido o principal entrave à conclusão, por não ver com bons olhos a abertura do mercado europeu para os produtos agrícolas sul-americanos.

Lula não deixou de perceber este fato, mesmo admitindo compreender as pressões dos setores internos da economia que se sentem prejudicados quando os países negociam um

grande acordo. O Presidente brasileiro lembrou, contudo, que o que se deve levar em consideração são os benefícios de uma zona de livre comércio para a população como um todo, pois não se trata de “um jogo de corporação. É um jogo de nações, em que você tem que fazer os acordos pensando em beneficiar o conjunto da população”, demonstrando seu descontentamento (PEIXOTO, 2010).

As negociações para um acordo de associação entre Mercosul e União Europeia, iniciadas em 2000, baseiam-se em três pilares: diálogo que estabeleça parceria para as questões políticas e de segurança; processo de cooperação econômica e institucional; e formação de uma zona de livre comércio de mercadorias e serviços, que deve levar em consideração as regras da OMC e a fragilidade de certos produtos (MEDEIROS; LEITÃO, 2009, p. 32-33). No entanto, enquanto as esferas política e cooperativa estão avançadas, a questão do comércio permanece estagnada, sendo um dos principais motivos, senão o maior, a própria PAC, que “sofre, já há algum tempo, de um anacronismo patente que dificulta sobremaneira as relações externas da União Europeia, inclusive com o Mercado Comum do Sul” (MEDEIROS; LEITÃO, 2009, p. 34).

O que ocorre é que as relações comerciais entre os dois blocos se caracterizam por um desequilíbrio setorial, no qual o Mercosul exporta essencialmente produtos agrícolas enquanto a União Europeia exporta produtos manufaturados, tais como máquinas, material de transporte e produtos químicos (MEDEIROS; LEITÃO, 2009, p. 34). Deste modo, para que a negociação tenha êxito, é necessário que os dois blocos façam movimentos sólidos e significativos na abertura de seus setores econômicos considerados sensíveis. Assim, a União Europeia deve envidar esforços na liberalização de seu setor agrícola ao Mercosul, ao passo que este deve empenhar-se mais na abertura de seu setor industrial. Prevê-se, ademais, que, com o sucesso das negociações, os benefícios econômicos para o bloco europeu poderão atingir um aumento de 4,5 bilhões de euros em suas exportações anuais para o Mercosul, assim como espera-se um aumento similar para as exportações do bloco sul-americano ao europeu (BRASIL, MDIC, online). Nesse sentido, as palavras de Lula no programa Café com o Presidente, de 12 de março de 2007, são bastante esclarecedoras quanto à posição brasileira e o que está em jogo nas discussões agrícolas com os países ricos.

O que os países em vias de desenvolvimento estão desejando neste momento? Eles estão exigindo que a Europa permita o acesso dos produtos agrícolas ao mercado europeu [...] e que os Estados Unidos diminuam os subsídios que eles dão para seus agricultores. E o que eles querem de nós? [...] Que a gente também faça concessões em produtos industriais e no setor de serviços. Ou seja, nós estamos dispostos a fazer a nossa parte, levando em conta a proporcionalidade e a riqueza de cada país porque, no caso da agricultura, enquanto no Brasil nós ainda temos 25% de gente

trabalhando no campo, e na África há países que têm 70%, na França você tem 2%. Significa que o peso agrícola para os franceses é muito menor do que o peso para um país africano, que tem uma larga escala de mão-de-obra trabalhando no campo. Esse tripé, na verdade, esse triângulo que estamos montando, em que cada um faz um pouco de concessão, é que vai garantir o acordo que todos nós estamos torcendo para que aconteça, porque isso seria a salvação dos países mais pobres (RPEB, 2007, n. 100, p. 564-565).

Em 2004, os membros dos dois blocos optaram pela interrupção das negociações devido às expectativas de conclusão da Rodada Doha, vantajosa por se tratar de um acordo mundial de livre comércio. Entretanto, ante a paralisia da OMC, os países, principalmente os do Mercosul, têm buscado retomar as negociações bilaterais com a União Europeia. Nesse sentido, em maio de 2010, optou-se pela retomada do diálogo entre os dois blocos, apesar da oposição de alguns países, liderados pela França, que entende que o acordo possa ser prejudicial à agricultura europeia. Em declaração em setembro daquele ano, não obstante, o Ministro francês da Agricultura afirmou que a agricultura não é “moeda de troca”, defendendo fortemente que “a Europa não é lugar de despejo para os produtos agrícolas da América do Sul e nós não iremos mais longe nas negociações” (RFI, 2010).

Desta forma, as posições contrárias assumidas por Brasil e França no âmbito comercial fazem com que os dois países, por vezes, se choquem, muito embora os Presidentes franceses insistam em condicionar uma maior mudança na área agrícola à postura assumida pelos Estados Unidos nas negociações internacionais, eximindo-se de culpa. O fato é que tanto na esfera bilateral, como na multilateral, um acordo de livre comércio não se mostra passível de ocorrer enquanto medidas efetivas contra os comportamentos que distorcem o comércio internacional não forem postas em prática. Ademais, o fato de a PAC estar tão fortemente estabelecida na Europa, fazendo com que os produtores franceses sejam os mais beneficiados da política, suscita reações compreensíveis por parte do governo francês, uma vez que acabar com um sistema de benefícios, estabelecido há décadas e que se mostra eficiente para a agricultura do país, engendraria reações políticas por parte dos produtores nacionais.

A França, há tempos, vem reiterando que não aceitará maiores concessões para que a Rodada Doha obtenha sucesso, enquanto outros países não fizerem o mesmo. O país se refere aos cortes de subsídios já efetuados com as reformas ocorridas na PAC, mas que se encontrariam no limite do possível. O próprio Sarkozy declarou, em 2008, que a União Europeia tem feito inúmeras concessões, sem a reciprocidade dos demais países (HAMAIDE, 2008). Ademais, uma crise econômica, como a que ocorre nos últimos anos, normalmente tende a suscitar posturas protecionistas por parte dos países, corroborando as expectativas de

que um acordo equitativo no comércio internacional não pareça possível no curto prazo. Nesse sentido, em outubro deste ano, a União Europeia afirmou que pretende dar seguimento à política de subsídios à agricultura, comprometendo tantos anos de negociação junto à OMC. Foi anunciado que os subsídios permanecerão intocados por, pelo menos, mais uma década, até 2020, deslocando cerca de 500 bilhões de euros, neste período, aos agricultores europeus. Para Brasília, tal atitude é um claro reflexo de que a onda liberalizante do mundo já foi superada e que a ordem atual é proteger mercados e setores ante a crise. Além disso, acredita-se que tal medida seria uma concessão à própria França, visto que o Presidente Sarkozy indicou não aceitar realizar cortes de ajuda ao setor rural meses antes das eleições de 2012 (UE..., 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou demonstrar como se deu a evolução dos contatos franco-brasileiros no decorrer do período que vai desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais, no intuito de comprovar que houve um grande salto qualitativo nas relações entre Brasil e França a partir de meados da década de 1990. Nesse sentido, assumiu-se que um fato que merece destaque nesta relação é a oficialização da parceria estratégica franco-brasileira em dezembro de 2008, por consolidar não apenas o grande momento vivido pelos dois países em termos de cooperação bilateral, mas também um movimento de afirmação conjunta em diversos temas multilaterais nos quais Brasil e França demonstram compartilhar pontos de vista, analisando, mais especificamente, o caso da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ademais, procurou-se analisar, também, um caso específico em que franceses e brasileiros vêm tendo, há anos, divergências, a despeito da melhora no relacionamento político, que é o fato de ambos assumirem posicionamentos conflitantes nas negociações para a liberalização agrícola mundial.

Deste modo, o que se percebe é que, imediatamente após a guerra, Brasil e França passaram por um período de afastamento, uma vez que se encontravam em situações distintas e haviam estabelecido novas prioridades após o conflito mundial. Por seu turno, o país sul-americano se alinhou aos Estados Unidos durante a guerra e estava voltado às questões que surgiam na esfera interamericana. Ao mesmo tempo, a França, preocupada com sua reconstrução e com a liderança do processo de integração europeu que iniciava, não tinha condições de ser um grande parceiro brasileiro em termos de suprimento para o alcance do desenvolvimento. Ademais, a conformação da Comunidade Econômica Europeia e de seu Mercado Comum suscitou desconfianças por parte do Brasil, receoso de perder mercado para suas exportações de café. Assim, as relações políticas ficaram, de certa forma, estagnadas, ainda que a retomada dos contatos econômicos não tivessem demorado a ocorrer.

Além disso, nesta época, pesava na agenda bilateral a questão não resolvida do chamado contencioso financeiro, caracterizado pela nacionalização de haveres franceses durante a guerra. Tal fato, reclamado pela França, somado ao episódio da Guerra da Lagosta no início dos anos 1960, reclamado pelo Brasil, deteriorou os contatos entre os dois países até que as questões fossem resolvidas em meados daquela década. Não obstante, a desconfiança do General de Gaulle com a presença norte-americana no Brasil, sobretudo após a tomada do poder pelos militares, não ajudou no estabelecimento de uma agenda positiva e livre de desentendimentos entre os dois Estados. Da mesma forma, a falta de complementaridade

econômica, a consolidação do Mercado Comum Europeu e o fato de a França não prover meios financeiros ao Brasil, por já estar comprometida com as antigas colônias e com a própria metrópole, minaram as possibilidades de uma aproximação econômica.

Como se procurou demonstrar, os anos do Presidente Geisel, que buscou diminuir a exclusividade dada aos Estados Unidos através da adoção de uma estratégia de diversificação das parcerias externas, poderiam ter sido utilizados para que Brasil e França estreitassem os vínculos diplomáticos, na medida em que a ocorrência de encontros entre Presidentes e Ministros de Estado tornou-se assídua, bem como alguns acordos de cooperação foram lançados. Contudo, na prática, viu-se que tais pronunciamentos e ações não se desenvolveram, nem mesmo na esfera econômica, e a França, mais uma vez, não foi capaz de se tornar um parceiro preferencial para o Brasil. Durante o Governo Figueiredo, novas tentativas de aproximação foram empreendidas, e o Brasil até mesmo logrou alguns empréstimos franceses para fazer frente aos gastos em projetos para o desenvolvimento. Além disso, a vitória do socialista Mitterrand na França renovou a esperança de maior solidariedade e ajuda aos países em desenvolvimento, todavia, o Presidente francês não conseguiu, por razões políticas internas, confirmar as expectativas dos latino-americanos.

Finalmente, corroborando a hipótese central desta pesquisa, os anos 1990 mudariam a forma de tratamento dispensada por Brasil e França. No início da década, os franceses permaneceram desconfiados com a instabilidade brasileira, haja vista o *impeachment* do Presidente Collor. No entanto, a estabilidade econômica alcançada com o Plano Real, somada à liberalização da economia, à consolidação da democracia e à constituição do Mercosul, fez com que os franceses identificassem um novo horizonte nas relações com o país sul-americano. De fato, tanto a França quanto o Brasil engajaram-se em seus processos integracionistas, percebendo que, por serem protagonistas em seus respectivos blocos de integração, suas relações passariam a levá-los em conta, engendrando novas possibilidades de cooperação.

Assim, conforme se demonstrou no trabalho, com Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac nas Presidências brasileira e francesa, o diálogo foi reativado de tal forma que os contatos políticos e as visitas de alto nível nunca haviam presenciado desenvolvimento tão promissor. Deste modo, novos temas, como a cooperação transfronteiriça e a possibilidade de ligação entre Mercosul e União Europeia, entraram na pauta das discussões. Ademais, a intensificação dos contatos políticos proporcionou a melhora nos indicadores econômicos franco-brasileiros, e a França, como se viu, chegou a ocupar o segundo lugar dentre os

inversionistas no Brasil, sendo que este se tornou o primeiro colocado, no fim da década, dentre os destinos dos investimentos externos franceses na América Latina.

Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho foi demonstrar que este grande salto qualitativo nas relações franco-brasileiras refletiu-se na constituição da parceria estratégica, oficializada em dezembro de 2008 sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy, presidentes que seguiram as linhas de aproximação bilateral de seus antecessores, adicionando, de certa forma, caráter prioritário e estratégico à relação. A França vinha, desde os anos Chirac, aproximando-se do Brasil, conforme as iniciativas conjuntas, como o lançamento mundial da campanha contra a fome e a pobreza, iniciativa de Lula, vieram comprovar. A consolidação de uma parceria estratégica, através do lançamento de um Plano de Ação, da mesma forma que os contratos bilionários firmados na área de defesa entre Brasil e França apenas confirmam que há um grande potencial de cooperação envolvido, haja vista ter o Brasil logrado a transferência de tecnologia necessária à fabricação de seus próprios submarinos.

Ademais, a França permanece na disputa pela preferência brasileira quanto aos aviões de combate requeridos para a modernização da Força Aérea Brasileira, e, muito embora o Rafale seja o caça mais oneroso dentre os concorrentes, era o preferido do Presidente Lula justamente por todo o significado político que representa nos dias atuais. Cabe, agora, esperar para confirmar se a compra, adiada diversas vezes, será efetivada ou não. Em caso afirmativo, a escolha pelos caças franceses selará um grande momento nas relações franco-brasileiras.

Além destes eventos, no decorrer dos anos Chirac e Sarkozy, bem como do Presidente Lula, procurou-se elencar fatos e discursos que nos permitem concluir que, de fato, houve um grande movimento de convergência de pontos de vista entre Paris e Brasília nos últimos anos. No âmbito do estabelecimento da parceria estratégica, que não recebe esta alcunha por se referir apenas à esfera da defesa, mas sim por abarcar uma ampla gama de temas com visões compartilhadas, foi possível perceber que Brasil e França mostraram-se alinhados em matérias como a crise econômica internacional, o fortalecimento do multilateralismo, a conservação do meio ambiente e a preservação da paz e da segurança internacionais, dentre outros. Nesse sentido, o que mais se sobressai e se compreendeu relevante analisar, é o caso da reforma do Conselho de Segurança da ONU e as posições assumidas por Brasil e França. Conforme se buscou comprovar, ambas as nações concordam, em linhas gerais, que esta instância da ONU está perdendo sua legitimidade por não representar a divisão de poder atual no mundo. Assim, França e Brasil envidam esforços conjuntos para que suas demandas sejam ouvidas e o órgão volte a ter representatividade. Não obstante, a França tem dado apoio público à candidatura

brasileira a um assento permanente no Conselho, fato que tem sido bastante significativo para a projeção internacional do Brasil.

A despeito desta importante convergência de valores internacionais, procurou-se justificar o posicionamento de Brasil e França nas discussões acerca da liberalização agrícola mundial nas Rodadas da OMC. Acredita-se ter esclarecido as razões que fazem com que ambos assumam posturas conflitantes no âmbito desta organização, haja vista serem dois países bastante afetados, positiva ou negativamente, caso se concretize o acordo liberalizante. Nesse sentido, a França se mostra contrária à liberalização, pois teme perder mercado para os produtos provenientes de potências agrícolas como o Brasil, que possuem vantagens competitivas na produção. A PAC é uma política fortemente arraigada na União Europeia, e a França é o país que mais se beneficia dela, concebendo altos subsídios a seus produtores para que eles tenham capacidade de concorrer internacionalmente. Para o Brasil, essas medidas distorcem o comércio internacional, prejudicando principalmente as nações em desenvolvimento, ricas em produtos agrícolas, uma vez que se trata de práticas que acabam remunerando os produtores abaixo do que poderiam ganhar se o comércio fosse livre de protecionismo, além de dificultarem a entrada de seus produtos nos mercados internacionais. Sendo assim, as negociações para a liberalização agrícola, tanto bilaterais quanto multilaterais, que envolvem a presença de Brasil e França, permanecem em impasse, sem perspectivas de uma solução a curto prazo.

REFERÊNCIAS

- ‘TUDO será melhor’, diz Lula, mas sobre relação com a França. **Folha de São Paulo**. Paris, 15 jul. 2005. Primeiro Caderno, p. A13.
- AMARAL, R. P. de A. **O ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- AU BRÉSIL, Sarkozy sort les contrats. **Libération**. 23 dez. 2008. Disponível em <<http://www.liberation.fr/terre/0101307360-au-bresil-sarkozy-sort-les-contrats>>. Acesso em 02 out. 2011.
- AZAMBUJA, M. O Brasil visto da França. In: CARDIM, C. H; GUIMARÃES, S. P. (Org.) **França: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.
- BACOCINA, D. França pode transferir tecnologia militar ao Brasil, diz Sarkozy. **BBC Brasil**. Saint-Georges de l’Oyapock, 12 fev. 2008. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/02/080212_lulaguiana_db_cg.shtm>. Acesso em 02 out. 2011.
- BERMANN, S. **Guide to the United Nations**. Washington: French Ministry of Foreign and European Affairs, 2008. Disponível em <http://www.diplomatie.gouv.fr/en/france-priorities_1/international-organizations_1100/index.html>. Acesso em 10 out. 2011
- BERNARDES, B. **Chirac tenta conter influência dos Estados Unidos**. Folha de São Paulo. Paris, 11 mar. 1997. Primeiro Caderno, p. 8.
- BRASIL anuncia acordo para comprar 36 caças franceses. **Folha de São Paulo**. Brasília, 08 set. 2009. Primeiro Caderno, p. 6.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Ano do Brasil na França**. 18 jan. 2005. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2005/01/18/ano-do-brasil-na-franca2005/>>. Acesso em 25 set. 2011.
- _____. Ministério da Cultura. **Festa de Encerramento do França.Br**. 13 nov. 2009a. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/11/13/intercambio-cultural-5/>>. Acesso em 02 out. 2011.
- _____. Ministério da Cultura. **Governo encerra Ano da França no Brasil**. 16 nov. 2009b. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/11/16/governo-encerra-ano-da-franca-no-brasil/>>. Acesso em 02 out. 2011.
- _____. Ministério da Fazenda. **França e Brasil fecham acordo sobre helicópteros e radares**. Brasília, 26 mai. 2006. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=292853>>. Acesso em 02 out. 2011.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. **Acordo Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa**. 1997. Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/dai/francoopera%C3%A7%C3%A3o.htm>>. Acesso em 08 set. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. **Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa**. 23 dez. 2008. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/dai/b_fran_193.htm>. Acesso em 02 out. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente eleito da França**. Brasília, 06 mai. 2007. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/nota_search_view?data_inicio=06%2F05%2F2007&data_fim=06%2F05%2F07&texto=sarkozy>. Acesso em 25 set. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Reforma da ONU**. Online. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/reforma-da-onu>>. Acesso em 10 out. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Negociações Mercosul-União Europeia**. Online. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2635&refr=1893>>. Acesso em 18 out. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Oportunidades de negócios em serviços Brasil e França**. [2009b]. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248291668.pdf>. Acesso em 18 set. 2011.

_____. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). **Fundação da ponte sobre o rio Oiapoque já está concluída**. 09 ago. 2010. Disponível em <<http://www.dnit.gov.br/noticias/fundacao-da-ponte-sobre-o-rio-oiapoque-ja-esta-concluida/>>. Acesso em 10 set. 2011.

_____. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Ano da França no Brasil**. [2009a]. Disponível em <<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicidade/casos-de-sucesso/ano-da-franca-no-brasil/livreto-programacao>>. Acesso em 02 out. 2011.

BUSTANI, J. M. Le Brésil au XXI siècle et le partenariat stratégique avec la France. In: ROLLAND, D.; LESSA, A. C. (coord). **Relations Internationales du Brésil – Les Chemins de la Puissance**, vol. 2, Aspects Régionaux et Thématiques. Paris: L'Harmattan, 2010.

CANTANHÊDE, E. Depois de mal-estar, governo recua de anúncio sobre caças. **Folha de São Paulo**. Brasília, 09 set. 2009. Primeiro Caderno, p. 4.

CARDOSO, F. H. Leia íntegra do discurso de FHC na Assembleia da França. **Folha Online**. 31 out. 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u26254.shtml>>. Acesso em 17 set. 2011.

CARDOSO, L. C.; MARTINIÈRE, G. (Coord.) **Brasil-França: vinte anos de cooperação (ciência e tecnologia)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

CARISIO, M. C. D. **A evolução da política agrícola comum da União Europeia e seus efeitos sobre o Brasil**. Brasília: IRBr: Funag, 2006.

CARMO, M. Jornais argentinos veem 'corrida armamentista' em acordo Brasil-França. **BBC Brasil**. Buenos Aires, 08 set. 2009. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/09/090908_brasilfranca_mc_cq.shtml>. Acesso em 02 out. 2011.

CAUBET, C. G. Sobre as consequências da eleição de um presidente socialista na França. **Rev. Sequência**, ano II, 1981. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21663-21664-1-PB.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2011.

CERVO, A. L. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the world. In: ROLLAND, D.; LESSA, A. C. (coord). **Relations internationales du Brésil, les chemins de la puissance**, vol. 1, Représentations Globales. Paris: L'Harmattan, 2010.

_____. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Jan-jun, ano/vol. 45, n. 001, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100001&script=sci_abstract>. Acesso em 10 ago. 2011.

CHIRAC envia carta de felicitações a Lula e promete apoio. **O Norte**. Brasília, 28 out. 2002. Disponível em <<http://www.onorte.com.br/noticia/2404.html>>. Acesso em 22 set. 2011.

CLIMAT: Sarkozy et Lula se chauffent avant Copenhague. **Libération**. 27 nov. 2009. Disponível em <<http://www.liberation.fr/terre/0101605390-climat-sarkozy-et-lula-se-chauffent-avant-copenhague>>. Acesso em 10 out. 2011.

DEFESA BR. **Acordo Estratégico Brasil-França**. [2009]. Disponível em <http://www.defesabr.com/MD/md_franca.htm>. Acesso em 08 ago. 2011.

_____. **Helibras vai entregar primeiros EC-725 e planeja helicóptero brasileiro**. 15 jul. 2010. Disponível em <<http://www.defesabr.com/blog/index.php/15/07/2010/helibras-vai-entregar-primeiros-ec-725-e-planeja-helicoptero-brasileiro-2/>>. Acesso em 10 out. 2011.

DEFESANET. **Amorim diz que compra de caças depende de efeitos da crise**. 18 out. 2011a. Disponível em <<http://www.defesenet.com.br/fx2/noticia/3181/Amorim-diz-que-compra-de-cacas-depende-de-efeitos-da-crise>>. Acesso em 21 out. 2011.

_____. **Brasil considerará critérios econômicos na compra de caças**. 21 out. 2011b. Disponível em <<http://www.defesenet.com.br/fx2/noticia/3242/Brasil-considerara-criterios-economicos-na-compra-de-cacas>>. Acesso em 21 out. 2011.

_____. **Celso Amorim visita estaleiro francês envolvido na construção dos novos submarinos brasileiros**. Brasília, 19 out. 2011c. Disponível em <<http://www.defesenet.com.br/prosub/noticia/3259/Celso-Amorim-visita-estaleiro-frances-envolvido-na-construcao-dos-novos-submarinos-brasileiros>>. Acesso em 21 out. 2011.

_____. **Patriota - FX-2 pode ser retomado em 2012**. 21 set. 2011c. Disponível em <<http://www.defesenet.com.br/fx2/noticia/2856/Patriota---F-X2-pode-ser--Retomado-em-2012--se----->>. Acesso em 21 out. 2011.

DROULERS, M.; RAIMBERT, C. Une relance des relations France-Brésil? In: ROLLAND, D.; LESSA, A. C. (Coord). **Relations Internationales du Brésil – Les Chemins de la Puissance**, vol. 2, Aspects Régionaux et Thématiques. Paris: L’Harmattan, 2010.

EUROPA. Comissão Europeia. Agricultura e desenvolvimento rural. **A Política Agrícola Comum explicada**. Online. Disponível em <http://ec.europa.eu/agriculture/capexplained/change/index_pt.htm>. Acesso em 20 out. 2011.

FERNANDES, D. Brasil e França lançam ‘aliança militar estratégica. **BBC Brasil**. Paris, 29 jan. 2008. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/01/080129_jobimsarkozy_df_cg.shtml>. Acesso em 02 out. 2011.

_____. Candidatos na França são a favor do Brasil no Conselho da ONU. **BBC Brasil**. Paris, 04 mai. 2007. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070504_francabrazilonu_pu.shtml>. Acesso em 02 out. 2011.

_____. Lula e Chirac divergem sobre subsídios agrícolas. **BBC Brasil**. Paris, 15 jul. 2005. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/07/050715_luladaniela.shtml>. Acesso em 19 out. 2011.

_____. Ricos devem assumir responsabilidade por normalizar instituições financeiras, diz Lula. **BBC Brasil**. Paris, 01 abr. 2009. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/04/090401_lula_paris_daniela_rw.shtml>. Acesso em 02 out. 2011.

FHC pede fim dos subsídios agrícolas e do protecionismo comercial. **Folha Online**. Johannesburgo, 02 set. 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u37032.shtml>>. Acesso em 18 out. 2011.

FIGUEIREDO, I. A. **Ano do Brasil na França e Ano da França no Brasil: diplomacia cultural e relações bilaterais**. 2010. 53 p. Pós-Graduação em Relações Internacionais. UnB, Brasília, 2010.

FRANCE. **Brazil**. 21 jun. 2010. Disponível em <http://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files_156/brazil_444/index.html> Acesso em 10 out. 2011.

_____. La France à l’ONU. Réforme de l’ONU. **La réforme du Conseil de Sécurité des Nations Unies**. Paris, mar 2011. Disponível em <<http://www.franceonu.org/spip.php?article 3768>>. Acesso em 10 out. 2011.

_____. Presidence de la Republique. **Conférence de presse conjointe – M. Lula da Silva**. 23 dez. 2008. Disponível em <<http://www.elysee.fr/president/root/bank/pdf/president-5976.pdf>>. Acesso em 10 out. 2011.

FRANÇA, W. Chirac se confunde e chama FHC de Presidente do México. **Folha de São Paulo**. Saint-George de l’Oyapock, 26 nov. 1997. Primeiro Caderno, p. 4.

FRANCO, A. C. (Org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

GAROT, E. Le Brésil des militaires a travers le regard français, 1964-1976. **Cahiers du Brésil Contemporain**, nº 23-24, p. 145-163, 1994. Disponível em <<http://www.revues.msh-paris.fr/vernumpub/09-%20Garot.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2011.

GOMIDE, R; JUNIOR, C. Brasil forte militarmente é garantia de paz, diz Sarkozy. **Folha de São Paulo**. 24 dez. 2008. Primeiro Caderno, p. 4.

GOVERNO DO AMAPÁ. **Governador e ministro iniciam preparativos para a reunião da CMT**. 25 ago. 2011. Disponível em <<http://www.agenciaamapa.com.br/noticia/25483/>>. Acesso em 02 out. 2011.

HAMAIDE, S. de la. Sarkozy diz que UE faz concessões excessivas à OMC. **O Estadão**. Paris, 23 fev. 2008. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,sarkozy-diz-que-ue-faz-concessoes-excessivas-a-omc,129305,0.htm>>. Acesso em 18 out. 2011.

JACQUES Chirac, presidente da França, parabeniza Lula pela vitória. **Folha Online**. Brasília, 28 out. 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41602.shtml>>. Acesso em 02 out. 2011.

JACQUES Chirac apoia proposta de Lula de combate à fome. **O Estadão**. 01 jun. 2003. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2003/not20030601p18715.htm>>. Acesso em 22 set. 2011.

JORGE, B. W. A., MARTINS, C.; CORDEIRO, F. C. A reforma do Conselho de Segurança da ONU. In: DALLARI, P. B. A. (Coord). **Temas contemporâneos de Relações Internacionais**. São Paulo: Lex Editora, 2006.

JURUÁ, C.; TAUILE, J. R. Características estruturais da economia francesa. In: CARDIM, C. H; GUIMARÃES, S. P. (Org.) **França: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.

LESSA, A. C. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 41, p. 29-41. Brasília, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300003>. Acesso em 08 jul. 2011.

_____. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**. 38 (1): 24-39, 1995. Disponível em <http://web.mac.com/aclessa/iWeb/CA99F523-0FBB-4790-A974-7DA60D9C7971/Periodicos_files/1_01.pdf>. Acesso em 8 ago. 2011.

_____. A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França-Brasil (1960-1964). **Cena Internacional**, v. 1, n. 1, p. 109-120, 1999. Disponível em: <http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena_Internacional_files/Cena_1999_1.pdf>. Acesso em 15 jul. 2011.

_____. **A parceria bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000.** 2000. 352 f. Tese de Doutorado (História das Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2000a.

_____. No canteiro das ideias: uma reflexão sobre o conceito de parceria estratégica na ação internacional do Brasil à luz das suas relações com a União Europeia. In: MARTINS, E. C. R.; SARAIVA, M. G. **Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

_____. O triângulo imperfeito: as relações França-Brasil-Europa Ocidental na década de noventa. **Cena Internacional.** Ano 4, n. 1, jul/2002. Disponível em <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/5211/1/ARTIGO_Tri%C3%A2nguloImperfeit o.pdf>. Acesso em 15 jul. 2011.

_____. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. **Revista Brasileira de Política Internacional.** 43 (2): 28-58, 2000b. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a02.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2011.

MARTINS, A. C. C.; RIOS, S. P.; ROSAR, S. S. O comércio exterior e a política comercial francesa. In: CARDIM, C. H; GUIMARÃES, S. P. (Org.). **França: visões brasileiras.** Brasília: IPRI, 2003.

MEDEIROS, M. A.; LEITÃO, N. Bridge over trouble waters: Brasil Mercosul e União Europeia. In: MARTINS, E. C. R.; SARAIVA, M. G. **Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

MUXAGATO, B. Le rapprochement franco-brésilien: une relation stratégique au-delà d'un partenariat militaire?. **Institut d'Études Internationales de Montréal.** Montréal, nov. 2010. Disponível em <<http://www.ieim.uqam.ca/spip.php?article6023>>. Acesso em 17 set. 2011.

OLIVEIRA, M. F. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. **Revista Brasileira de Política Internacional.** 8 (2): 55-69, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a03v48n2.pdf>>. Acesso em 10 out. 2011.

PARVAUX, S; REVEL-MOUROZ, J. (Coord.). **Imagens recíprocas do Brasil e da França.** V. 1. Iheal, 1991.

PEIXOTO, F. Brasil compra da França helicópteros e submarinos. **BBC Brasil.** Rio de Janeiro, 24 dez. 2008a. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081223_lula_sarkozy_fp2_ep.s.html>. Acesso em 02 out. 2011.

_____. Brasil e UE lançam plano de ação conjunta, mas sem detalhes. **O Estadão.** Rio de Janeiro, 22 dez. 2008b. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-e-ue-lancam-plano-de-acao-conjunta-mas-sem-detalhes,298071,0.htm>>. Acesso em 02 out. 2011.

_____. Lula quer convencer Sarkozy de benefícios de acordo UE-Mercosul. **BBC Brasil**. Brasília, 14 jul. 2010. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100714_lula_cupula_fa_cq.shtml>. Acesso em 19 out. 2011.

PRATES, D. A evolução recente dos investimentos externos diretos franceses no Brasil. In: CARDIM, C. H; GUIMARÃES, S. P. (Org.) **França: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.

Q&A: Common Agricultural Policy. **BBC News**. 20 nov. 2008. Disponível em <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4407792.stm#upp>>. Acesso em 19 out. 2011.

Resenha de Política Exterior do Brasil (RPEB). Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 7, 1975.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 9, 1976.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 19, 1978.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 28, 1981.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 47, 1985.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 74, 1994.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 77, 1995.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 78, 1996.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 81, 1997.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 86, 2000.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 88, 2001.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 90, 2002.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 92, 2003.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 93, 2003.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 94, 2004.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 97, 2005.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 98, 2006.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 100, 2007.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 102, 2008.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 103, 2008.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 104, 2009.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 105, 2009.

RFI. **Ministro francês descarta acordo de livre comércio com Mercosul**. Rennes, 15 set. 2010. Disponível em <<http://www.portugues.rfi.fr/node/32390>>. Acesso em 18 out. 2011.

ROLLAND, D. A instrumentalização das culturas estrangeiras no Estado Novo: entre o Brasil e os Estados Unidos, o espaço da França durante a Segunda Guerra Mundial. In: MARTINS, E. C. R. (Org.). **Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003.

ROUSSEFF, D. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas** - Nova York, 21 set. 2011. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em 08 out. 2011.

SÁ, N de. A ponte. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 jun. 2000. Primeiro Caderno, p. A11.

SARKOZY, N. **Discours du Président**. Nova York, 23 set 2009. Disponível em <<http://www.elysee.fr/president/les-dossiers/rendez-vous-internationaux/assemblees-generales-de-l-onu/ag-onu-2009/assemblee-generale-de-l-onu-en-2009.6093.html>>. Acesso em 22 out. 2011.

SARKOZY quer parceria no setor de defesa. **Folha de São Paulo**. 21 dez. 2008. Primeiro Caderno, p. A8.

SCOLESE, E.; DANTAS, I. Lula e Chirac evidenciam impasse em exportações. **Folha de São Paulo**. Brasília, 26 mai. 2006. Primeiro Caderno, p. 11.

SILVA, A. L. R. da. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2008. 359 f. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SILVA, G. V. **Estratégias de cooperação e obstáculos nas relações internacionais entre o estado do Amapá e o departamento da Guiana Francesa**. 2008. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-94-444-20080505211915.pdf>>. Acesso em 01 out. 2011.

SILVA, G. V.; RÜCKERT, A. A. A fronteira Brasil-França. **Confins**. 2009. Disponível em <<http://confins.revues.org/6040>>. Acesso em 01 out. 2011.

SILVA, L. I. L. da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos**. Rio de Janeiro, 23 dez. 2008. Disponível em <<http://www.defesnet.com.br/prosub/noticia/1929/Discurso-do-Presidente-da-Republica--Luiz-Inacio-Lula-da-Silva--durante-cerimonia-de-assinatura-de-atos>>. Acesso em 20 out. 2011.

SILVA, L. I. L. da; CHIRAC, J. **Visita de Estado ao Brasil do Presidente da República Francesa. Declaração Conjunta.** Brasília, 25 mai. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/sri/brfr/arquivos/Declaracao_conjunta_Lula_e_Chirac_250506.pdf>. Acesso em 22 set. 2011.

SILVA, L. I. L. da; SARKOZY, N. **Aliança para Mudança.** 07 jul. 2009a. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/noticia/10489/pag-5/luiz-inacio-lula-da-silva-e-nicolas-sarkozy-alianca-para-mudanca.html>>. Acesso em 10 out. 2011.

_____. **Declaração Conjunta dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy – Saint-Georges de l’Oyapock.** 12 fev. 2008. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-aimprensa/nota_search_view?data_inicio=14%2F02%2F2008&data_fim=14%2F02%2F2008&texto=sarkozy>. Acesso em 02 out. 2011.

_____. **Posição Comum do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República da França sobre Mudança no Clima.** 2009b. Disponível em <<http://ambafrance-br.org/spip.php?article786>> Acesso em 10 out. 2011.

SOARES, M. S. A. O ano da França no Brasil, a importância da diplomacia cultural. In: FISCHER-BOLLIN, P. (Org.). **Anuário Brasil-Europa 2009.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

SOUTOU, G. H. Le général de Gaulle et le Brésil (1958-1969). In: MATTOSO, K.; SANTOS, I. M. F.; ROLLAND, D. **Le Brésil, l’Europe et les équilibres internationaux – XVIème-XXXème siècles.** Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 1999.

TAVARES, A. de L. **Brasil-França, ao longo de 5 séculos.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

UCHÔA, L. Discurso de FHC é elogiado pela esquerda francesa. **BBC Brasil.** Paris, 30 out. 2001. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/011030_fhcrepercussao.shtml>. Acesso em 02 out. 2011.

UE vai manter subsídio agrícola até 2020. **O Estadão.** São Paulo, 13 out. 2011. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,ue-vai-manter-subsidio-agricola-ate-2020,87995,0.htm>>. Acesso em 20 out. 2011.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, jul/dez 2007, p. 273-335. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em 22 set. 2011.

VIZENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

_____. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964):** o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

VIZENTINI, P. F.; SILVA, A. L. R da. Brazil and the economic, political and environmental multilateralism: the Lula years (2003-2010). In: ROLLAND, D.; LESSA, A. C. (coord). **Relations internationales du Brésil, les chemins de la puissance, vol. 1, représentations globales.** Paris: L'Harmattan, 2010.

WASSERMANN, R. OMC retoma negociações, como queria o Brasil. **BBC Brasil.** São Petersburgo, 17 jul. 2006. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/07/060717_g8petersburgo.shtml>. Acesso em 19 out. 2011.

ZANTMAN, A. Croissance économique et relations bilatérales: deux modèles d'industrialisation à la recherche d'un nouvel équilibre. In: CARELLI, M; THÉRY, H; ZANTMAN, A. **France-Brésil: bilan pour une relance.** Éditions Entente, 1987.